

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

EDVÂNIA MARIA SOARES DE ARAÚJO

**FRAGMENTOS DE INFÂNCIA: MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS
VIVIDAS NA UNIDADE DE ORIENTAÇÃO DO MENOR EM
UBERLÂNDIA, UOMEN III, 1988 A 1998.**

UBERLÂNDIA

2021

EDVÂNIA MARIA SOARES DE ARAÚJO

**FRAGMENTOS DE INFÂNCIA: MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS
VIVIDAS NA UNIDADE DE ORIENTAÇÃO DO MENOR EM
UBERLÂNDIA, UOMEN III, 1988 A 1998.**

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Historiadora.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nara Rúbia de Carvalho Cunha

UBERLÂNDIA

2021

EDVÂNIA MARIA SOARES DE ARAÚJO

**FRAGMENTOS DE INFÂNCIA: MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS
VIVIDAS NA UNIDADE DE ORIENTAÇÃO DO MENOR EM
UBERLÂNDIA, UOMEN III, 1988 A 1998**

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Historiadora pela banca examinadora formada por:

Uberlândia, 26 de outubro de 2021.

Prof.^a Dr.^a Nara Rúbia de Carvalho Cunha - UFU/MG

Prof.^a Dr.^a Regina Ilka Vieira Vasconcelos – UFU/MG

Prof.^a Dr.^a Cyntia Simioni França – UNESPAR/PR

Dedico esse trabalho à minha orientadora Nara Rúbia, que foi um verdadeiro bálsamo no final da minha graduação.

AGRADECIMENTOS

Meu imenso e sincero agradecimento as/aos docentes do INHIS, pelo compartilhamento de experiências, vivências, conhecimentos no dia a dia das salas de aulas e pelo grande apoio nos projetos de pesquisa e de extensão dos quais participei. Agradeço, especialmente, as professoras e professores que sempre souberam expressar suas paixões pela História e pela Educação, sendo agentes transformadores que nos contagiavam com seu fervor e dedicação.

Estendo meus sinceros agradecimentos aos profissionais da Coordenação do Curso de História, pessoas ímpares, que sempre ofereceram apoio mesmo nos momentos em que tudo parecia perdido. Agradeço aos meus colegas da 39^o e 40^a turmas, pelos momentos compartilhados nessa árdua jornada da graduação.

Aos meus queridos familiares, agradeço o apoio e a compreensão que tiveram nos momentos de ausência onde eu precisei me dedicar à jornada dupla de trabalho e estudos. Vocês são incríveis!! Agradeço também, aos meus queridos amigos que sempre acreditaram que seria possível e sempre me mostraram que com um pouco mais de fôlego e esforço, podemos chegar lá, vocês são inspiração!!

Por fim, meu mais profundo agradecimento as pessoas que foram essenciais para minha pesquisa, os ex-atendidos da Unidade de Orientação do Menor III, compartilhando suas memórias me ajudaram a contar um pouco da história desse lugar que foi tão importante para tantas pessoas.

RESUMO

A pesquisa da qual resulta este texto tem como tema as Unidades de Orientação do Menor (UOMEN), implantadas desde 1986 em Uberlândia-MG. Destaco como objeto da investigação a UOMEN III, no bairro Tibery, recortando o período de 1988 e 1998, uma vez que contempla o intervalo de tempo em que os sujeitos desta pesquisa a frequentaram. No percurso metodológico inicio pela contextualização da implantação das Unidades, valendo-me de pesquisa bibliográfica para construção do aporte teórico-metodológico e conceitual, assim como da investigação em jornais locais, sobretudo ligados a interesses das elites políticas e econômicas locais. Em seguida procedo à reunião de narrativas de memórias de pessoas que frequentaram a UOMEN III, na condição de atendidos, buscando captar os sentidos das experiências por eles vividas em tal espaço em sua infância ou adolescência. Ao acolher as memórias dos sujeitos e lê-las em diálogo com as imagens construídas sobre a UOMEN por outros sujeitos, ligados mais diretamente à construção do projeto das Unidades e potencializadas por veículos de imprensa local, procuro captar diferentes visões de mundo e sensibilidades no tenso e contínuo processo social de definição de sentidos de infância e de assistência a crianças e adolescentes advindos de famílias de baixa renda no Brasil e, mais especificamente, nesta cidade.

Palavras-chave: Unidade de Orientação do Menor (UOMEN), Menor, Memórias, Educação Política das Sensibilidades, Uberlândia/MG.

ABSTRACT

The research from which this text results has as its theme the Minor Guidance Units (UOMEN), implemented since 1986 in Uberlândia-MG. I highlight UOMEN III as an object of investigation, in the Tibery district, cutting the period between 1988 and 1998, as it contemplates the time interval in which the subjects of this research attended it. In the methodological path, I start by contextualizing the implementation of the Units, using bibliographical research to build the theoretical-methodological and conceptual contribution, as well as research in local newspapers, especially linked to the interests of local political and economic elites. Then, I proceed to the gathering of narratives of memories of people who attended UOMEN III, in the condition of assisted people, seeking to capture the meanings of the experiences they lived in such space in their childhood or adolescence. By welcoming the subjects' memories and reading them in dialogue with the images constructed about UOMEN by other subjects, more directly linked to the construction of the Units project and enhanced by local press vehicles, I try to capture different world views and sensibilities in the tense and continuous social process of defining meanings of childhood and assistance to children and adolescents from low-income families in Brazil and, more specifically, in this city.

Keywords: Minors' Guidance Unit (UOMEN), Minors, Memories, Political Education of Sensitivities, Uberlândia/MG.

LISTA DE SIGLAS

CSU	CENTRO SOCIAL URBANO
ECA	ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
PMDB	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
PRONAV	PROGRAMA NACIONAL DE VOLUNTÁRIOS
UOMEN	UNIDADE DE ORIENTAÇÃO DO MENOR

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	21
II. CAPÍTULO I - As UOMENs em contextos nacional e local: produção de sensibilidades relativas à infância	28
II.1 – Políticas voltadas para a infância no contexto da redemocratização	29
II.2 – Uberlândia no contexto nacional	33
II.3 – As Unidades de Orientação do Menor em Uberlândia	36
II.4 – UOMEN III: Um breve histórico	40
III. CAPÍTULO II: Fragmentos do vivido na UOMEN III: experiências rememoradas	46
III.1 – Experiência e memória: explicitando a abordagem teórico metodológica e conceitual	46
III.2 – A experiência do vivido na UOMEN III em trama de memórias	51
IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65
VI. ANEXOS	69

I- INTRODUÇÃO:

Vimos de Natal - RN no final de 1985, meus pais estavam em busca de melhores condições para criar os três filhos. Meu pai (...), motorista, não teve dificuldades em conseguir emprego, minha mãe (...), ficou com as responsabilidades do lar e o cuidado dos filhos. Em meados de 90, devido à falta de recursos, minha mãe resolveu trabalhar fora de casa. Como não tinha uma profissão definida, conseguiu através do presidente de bairro Tibery uma vaga em uma creche comunitária como auxiliar de creche. Inicialmente, ficamos aos cuidados de uma tia, porém, devido a desentendimentos, minha mãe preferiu matricular meu irmão mais novo, que tinha 5 anos, em uma outra creche comunitária – era proibido ter filhos na mesma creche da mãe – e eu e meu irmão do meio na Unidade de Orientação do Menor, pois, tínhamos mais de sete anos.

(Recorte de depoimento de Maria. Memórias de experiências vividas na UOMEM III. Uberlândia, julho de 2021.)

Durante a década de 1980, foram implantadas em Uberlândia as Unidades de Orientação do Menor (UOMEN), guiadas pela necessidade de criação de espaços que pudessem acolher crianças e adolescentes entre sete e dezessete anos. As Unidades foram implantadas na gestão do ex-prefeito Zaire Rezende (PMDB), eram geridas pela Secretária de Ação Social da prefeitura de Uberlândia e tinham como proposta oferecer espaços para que esses menores não ficassem sem amparo, visto que eram filhos e filhas de famílias mais desfavorecidas economicamente, necessitando trabalhar fora o dia todo. Era um local que, além da alimentação, oferecia apoio escolar, lazer e buscava cultivar valores ligados à idealização do trabalho como diretriz para o cuidado dessas crianças e adolescentes.

O período de implantação das Unidades está inserido dentro de um contexto histórico de transformação nas políticas nacionais direcionadas para crianças e adolescentes. Nesse período,

As pressões sociais pela democratização, pela descentralização e pela participação conseguem, na Constituição de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, implantar um sistema de atendimento e acessos às políticas sociais, de garantias de direito e de proteção especial para criança e adolescente em níveis federal, estadual e municipal (FALEIROS, 2011, p. 90).

As UOMENs estavam alinhadas a uma perspectiva focada no bem-estar social das crianças e adolescentes e foram frutos de uma forte pressão popular para que a

prefeitura, que naquele período baseava suas ações a partir de uma proposta de democracia participativa (FERREIRA, 2010), pudesse atender as crianças que não tinham onde, nem com quem ficar nos períodos que não estavam nas escolas.

No ano de 1991 fui matriculada na UOMEN III, unidade fundada em 1988 no bairro Tibery. Foi uma experiência muito relevante para minha vida. Desse período ficaram memórias marcantes que me impulsionaram a contar essa história e trazer à tona não apenas a minha perspectiva, mas também as de outras pessoas, hoje adultos, que passaram parte da sua infância e adolescência nesse local e cujas trajetórias pessoais também se articulam a essa experiência.

O meu processo de graduação em História tem sido de muitos aprendizados. Somam-se às contribuições da academia a visão de alguém que precisa trabalhar e estudar ao mesmo tempo, realidade de boa parte dos estudantes brasileiros, e que, não raro, nos impõe outro ritmo de formação e até mesmo percepção do curso. Em certa medida, as experiências que vivi ao longo de minha formação, que não se restringem à formação acadêmica embora a incluam, contribuem para minha percepção do curso e me ajudam na construção do meu objeto de pesquisa, fazendo-me olhar para minhas memórias de infância vivida na UOMEN à procura de um enraizamento espaço-temporal do vivido, compreendendo-as em perspectiva histórica, inserindo-as nas relações sociais e num cenário cultural mais amplo.

Ao longo dessa trajetória de formação fui compreendendo, de modo teórico e prático, a importância de uma história plural, aberta a outros dizeres, outros sujeitos, outras memórias (PAIM; ARAÚJO, 2019; BENJAMIN, 1994). Ao pesquisar sobre as UOMEN, sinto-me mobilizada a trazer outras vozes que narram sua história, contribuindo para a construção de uma história local que possa apresentar vozes plurais sobre essa parte da história de Uberlândia. Acredito que pesquisar as Unidades de Orientação do Menor, enxergá-las como estruturas definidas e criadas para atender demandas latentes da sociedade do período, pode nos ajudar na compreensão e percepção da construção de políticas públicas direcionadas para crianças e adolescentes de Uberlândia. Afinal, quais eram os objetivos que o poder público queria alcançar com a implantação das UOMENs? Qual era a estrutura das unidades, o que se compreendia por “orientação do menor”?

Procurando identificar as possíveis intencionalidades e objetivos do poder público para as políticas focadas na infância e na adolescência de Uberlândia no bojo de movimentos que marcaram o processo de redemocratização do Brasil, um dos meus

primeiros movimentos foi realizar pesquisas no repositório institucional da Universidade Federal de Uberlândia, buscando estudos que tivessem relação com meu tema. Apesar de encontrar várias monografias que tematizam a infância em Uberlândia, especialmente em condições de vulnerabilidade socioeconômica, não foi possível identificar nenhum trabalho com enfoque específico nas Unidades de Orientação do Menor. Encontrei algumas vezes, apenas brevemente citadas por alguns autores que se debruçaram sobre a temática das crianças e adolescentes uberlandenses entre as décadas de 1980 e 1990, mas nenhum trabalho tomou as Unidades como objeto de pesquisa.¹

Para subsidiar minha pesquisa tinha intenção de reunir documentos diversos produzidos internamente na Unidade, como atas, projetos pedagógicos, fotografias, vídeos, etc. No entanto, as medidas de isolamento adotadas no combate à pandemia da Covid19 não permitiram que a documentação fosse reunida em tempo hábil para esta pesquisa. Em jornais locais, disponíveis *online*, busquei pesquisar sobre como surgem as Unidades, quais eram seus objetivos e principalmente, quais eram os sentidos socialmente elaborados sobre elas, sobretudo os sentidos atribuídos por pessoas diretamente ligadas à sua elaboração e os sentidos endossados pelos jornais. Ao mesmo tempo, procuro compreender como essa experiência impactou a vida das crianças e adolescentes que por lá passaram. Assim, proponho me aproximar da percepção desses sujeitos através dos relatos de suas experiências.

Tendo em vista os limites de uma pesquisa monográfica, espacialmente, focalizarei minha pesquisa na Unidade de Orientação do Menor III, localizada no bairro Tibery, e delimitarei como recorte temporal os anos de 1988 a 1998, que compreende desde o ano de inauguração da UOMEN III até o período em que os participantes desta pesquisa frequentaram a Unidade. Como parte dos encaminhamentos teórico-metodológicos da pesquisa, reuni um conjunto de sete pessoas, composto por diferentes identidades étnico-raciais e de gêneros, no qual me incluo também na condição de quem rememora experiências vividas naquela Unidade. No conjunto estão pessoas que foram

¹ No repositório da UFU foi possível identificar os seguintes trabalhos que fazem alguma referência as Unidades, são eles: VIEIRA, Paulo Henrique de Deus. O processo educativo dos meninos de rua. 2005. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005; MILITINO, Inamar Aparecida. **Centro de Integração Social e Assistencial de Uberlândia (CISAU): ocultar ou integrar? 1999.** 109 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1999.; SOUSA, Manoel Lopes de. **A delinquência juvenil em Uberlândia: uma análise do adolescente e da família.** 2003. 112 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

contemporâneas no período que estiveram na UOMEN III, compartilhando o mesmo espaço e ali tecendo relações sociais, assimilando e reelaborando valores que são cultural e historicamente engendrados.

Essas pessoas frequentaram a Unidade em período de grandes mudanças nas políticas públicas voltadas para a infância no Brasil. E, ao optar por trabalhar com suas memórias, não busco resgatar o passado, mas compreender como percebem essas práticas, suas experiências e suas jornadas infantis depois de 30 anos.

A historiadora Maria Carolina Bovério Galzerani (2021), ao focalizar a compreensão de memória trazida pelo filósofo Walter Benjamin, no texto *Infância em Berlim por volta de 1900*, afirma que o trabalho com memórias individuais permite tecer relações entre espaços, tempos e culturas diferentes, “para oferecer historicamente um quadro social mais amplo, sem abrir mão de sua própria singularidade.” (GALZERANI, 2021, p. 165). Segundo suas palavras, quando aquele filósofo se coloca na condição de narrador de suas memórias de infância,

“Traz à tona o perfil cultural de uma classe burguesa em relação com outras personagens de outras classes sociais. Produz, pois, uma transformação radical da visão clássica de autobiografia, já que focaliza não apenas lembranças pessoais, mas a vibração de uma memória pessoal e coletiva. Não fala dele apenas. Fala de um nós, na relação com os outros. Rememora a criança que foi, articulada a outros personagens. Criança na relação com crianças, com adultos, situados em diferentes categorias sociais. Imbrica, portanto, figuras diversas, espaços diversos e tempos diferentes, numa lógica temporal, nada linear, não etapista, não progressista, que vai do presente ao passado e do passado ao presente.” (GALZERANI, 2021, p. 166)

Inspirada por essas contribuições, vislumbrei reforçar dois deslocamentos importantes na produção de conhecimentos históricos defendida por Walter Benjamin (1994; 1995): acolher as memórias enquanto movimentos de interpelação da história em curso, com potencial ético-político de alargamento do presente, do passado e do futuro, e voltar a atenção para os marginalizados da história.

Assim, ao me dispor a pesquisar as UOMEN, quis trazer vozes de sujeitos que geralmente não são ouvidos nesses projetos: as próprias crianças e adolescentes por eles atendidos. Compreendo que as memórias não são o resgate do vivido, mas sua reapresentação em outro tempo, filtradas por transformações nas próprias identidades dos sujeitos que rememoram (BENJAMIN, 1994; RICOUER, 2007). Portanto, as memórias não nos falam somente daqueles que rememoram, mas do próprio tecido que as constitui, ou seja, o contexto histórico e cultural em que são elaboradas e reelaboradas.

Nesse sentido, busco compreender o que fica da experiência vivida na UOMEN enquanto marca na vida desses sujeitos e, ao mesmo tempo, captar traços do tempo nessas marcas, isto é, as imagens dos contextos históricos e culturais que se delineiam nas memórias e através delas.

A memória é investigada por diferentes campos do conhecimento e as relações entre história e memória têm se baseado em estudos que vão desde a Sociologia à Psicanálise. Nesta pesquisa busco me desvencilhar de uma compreensão da memória enquanto objeto da história, que deve ser vigiada ou legitimada por uma história crítica (NORA, 1993). Aproximo-me de estudos que têm valorizado o potencial das memórias enquanto meio de questionamento da própria história narrada e que, portanto, não são lidas apenas como mecanismos de legitimação do poder instituído, mas também como ameaça a ele (SEIXAS, 2001). Encontro-me com pesquisas que reconhecem a construção social das memórias sem, contudo, desconsiderar a dimensão subjetiva e individual na elaboração e reelaboração da mesma (BENJAMIN, 1995). Assim, ao acolher as memórias individuais de ex-atendidos pela UOMEN III, minha preocupação é colocá-las em diálogo/conflito com outros meios de construção de uma memória sobre as Unidades, como os próprios jornais. Ao promover esse encontro, busco captar as tensões, os desvios (ou não) de sentido que marcam o processo de educação de sensibilidades relativas à infância no Brasil.

Enquanto as UOMEN eram criadas, novas sensibilidades no que respeita à infância estavam sendo definidas no Brasil, em cenário de disputa de sentidos que permanece em curso, porque o processo sociocultural de construção de sensibilidades é contínuo. Segundo França, Silva e Cunha (2020, p. 861), “os valores não são construções naturais, mas socioculturais e em contínua reelaboração fomentada por ‘batalhas de percepções’ (GAY, 1988) nas quais se evidenciam relações de poder e formas de resistência (THOMPSON, 1998).”

Esses autores, na esteira de contribuições de historiadores e filósofos da Cultura, como Peter Gay, Edward Palmer Thompson e Walter Benjamin, somam seus esforços ao de outras pesquisadoras brasileiras, como Maria Carolina Bovério Galzerani e Maria Sílvia Duarte Hadler, na investigação do processo de educação das sensibilidades ou educação política das sensibilidades, como preferem, dando ênfase à dimensão de embate e conflito na construção histórica e cultural das visões de mundo.

A educação das sensibilidades não se refere a uma educação para o sensível ou para o estético, nem mesmo a uma investigação que tome as sensibilidades tão somente como objeto de pesquisa no campo da História. [...] a constituição das sensibilidades é lida numa perspectiva histórica, cultural e educacional, tanto porque se admite que elas sejam construções ancoradas no tempo e no espaço, quanto porque se percebe que seu engendramento é histórico, social e subjetivo, ou seja, elas não são nem naturais nem estritamente impositivas, mas reformulações contínuas, ligadas ao encontro dos sujeitos com o mundo, numa afetação mútua que vai moldando as experiências individuais [...]. (CUNHA, 2016, p. 33 apud FRANÇA, SILVA, CUNHA, 2020.p.862)

Assim, nesta pesquisa procuro tensionar diferentes visões de mundo e sensibilidades no (contínuo) processo social de definição de sentidos de infância e de assistência a crianças e adolescentes advindos de famílias de baixa renda no Brasil e, mais especificamente, nesta cidade. As memórias de infância de pessoas hoje adultas, que viveram a experiência da UOMEN, trazem pistas dessa elaboração no tempo (passado e presente). Lendo os fragmentos de infância dessas pessoas, reconheço possibilidades alargadas de compreensão da experiência vivida na UOMEN III para além dos limites individuais e busco captar permanências, rupturas, resistências e negociações de sentido, que traduzem os impactos dessa experiência em suas vidas e num coletivo mais amplo.

No capítulo 1, recorrendo à pesquisa bibliográfica e análise de jornais da imprensa local, procedo à contextualização conceitual, política e social da criação e implementação das UOMEN em Uberlândia, que foram gestadas sob o impacto de lutas

sociais em cenário de reabertura política do Brasil, com implicações nas políticas voltadas para a infância.

No capítulo 2 trago fragmentos de memória de ex-atendidos pela UOMEN III e analiso-os buscando tecer relações com os valores e visões relativas à infância de crianças e adolescentes de famílias pobres do Brasil, especialmente no caso de Uberlândia, que vão configurando as sensibilidades no plano individual e coletivo. Empenho-me em trazer à tona fios díspares nessa trama de configuração de sentidos, evidenciando ambivalências e complexidades próprias do processo de engendramento histórico das sensibilidades.

Por fim, apresento considerações provisórias que levam em consideração tanto os limites da pesquisa quanto a abertura de sentidos para as reelaborações dos leitores.

II- Capítulo 1: As UOMENs em contextos nacional e local: produção de sensibilidades relativas à infância

(...)o que era bom mesmo eram os lanches que a gente ganhava, porque naquele tempo um pão com carne e refrigerante era prêmio pra nós.

(Recorte de depoimento de Ana. Memórias de experiências vividas na UOMEN III. Uberlândia, julho de 2021.)

O período que sucedeu à redemocratização do Brasil, em 1985, é marcado por amplas transformações em vários campos da sociedade. Além das liberdades civis conquistadas, houve uma forte preocupação com a ampliação dos direitos constitucionais, para que fossem garantidos a todos os cidadãos, independentemente de suas origens, gêneros ou classe social. Surge um novo “paradigma educativo e, mais do que isso, de direitos para a criança e adolescentes” (FALEIROS, 2011, p.72) foi nesse contexto, que a discussão sobre as causas da infância e adolescência ganhou cada vez mais força e adeptos.

Em Uberlândia não foi diferente. Há nesse período um forte movimento que visa a garantir às crianças e adolescentes carentes, além do acesso à educação, espaços de socialização e acompanhamento, lugares onde meninos e meninas poderiam passar o dia enquanto suas mães, pais ou responsáveis trabalhavam.

Neste capítulo procuro contextualizar a criação das UOMEN, em Uberlândia, relacionando-as às políticas voltadas para a infância no contexto da redemocratização, lidas em seus movimentos contraditórios, entre avanços e recuos em relação às visões de infância que marcaram o período da Ditadura Civil Militar no Brasil (1964-1985). A análise de jornais locais, rica fonte para explorarmos o cotidiano da cidade, permitiu-me flagrar sentidos socialmente construídos em torno das noções de infância e de cuidado com crianças e adolescentes advindos de famílias de baixa renda, notadamente as visões que se consolidavam junto aos grupos dominantes e, em boa medida, embasavam o projeto das UOMEN. As notícias das inaugurações nos permitem levantar hipóteses sobre concepções pedagógicas, público-alvo e possíveis intencionalidades do poder público e comunidades envolvidas com a criação das unidades.

II.1 - Políticas voltadas para a infância no contexto da redemocratização

A constituição do conceito de infância como conhecemos hoje possui uma longa jornada e essa nem sempre existiu enquanto categoria social, como adverte o historiador Phillipe Ariès (1981) em seu trabalho sobre a história social da criança e da família. Nos estudos históricos a problemática da infância e seus conceitos vêm sendo amplamente analisados, seus significados e desdobramentos são discutidos, assim como as ações de diferentes sujeitos históricos, dentro dos mais variados estratos sociais, e como eles permearam e interferiram na vida de crianças e adolescentes no decorrer da história.

Ao longo da história a percepção social da infância vai se modificando, deixando a criança de ser vista como um adulto em miniatura para ter reconhecida sua singularidade (ARIÈS, 1981, KRAMER, 2007).

Segundo o Phillipe Ariès, “o sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem.” (ARIÈS, 1981, p.99). Esse sentimento sofreu muitas mudanças e foi diretamente alterado e afetado por inúmeros fatores no decorrer dos tempos:

O primeiro sentimento de infância – caracterizado pela “paparicação” – surgiu no meio familiar, na companhia das criancinhas pequenas. O segundo, ao contrário, proveio de uma fonte exterior à família: dos eclesiásticos ou dos homens da lei, [...] preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes [...] No século XVIII, encontramos na família esses dois elementos antigos associados a um elemento novo: a preocupação com a higiene e saúde física. [...] Tudo que se referia às crianças e à família tornara-se um assunto sério e digno de atenção. Não apenas o futuro da criança, mas também sua simples presença e existência eram dignas de preocupação – a criança havia assumido um lugar central dentro da família. (ARIÈS, 1981, p. 105)

A concepção moderna de infância, nascida nas classes médias apresenta uma contradição entre moralizar e paparicar, entre moldar e respeitar, controlar e cuidar e ainda é alijada de uma compreensão mais plural das diferentes infâncias existentes nas sociedades. Segundo Sônia Kramer, “a noção de infância surgiu com a sociedade

capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudavam a inserção e o papel social da criança na sua comunidade” (2007, p. 14), sem que se considerassem as especificidades das diferentes culturas e grupos sociais a que pertenciam as crianças.

A idéia de infância moderna foi universalizada com base em um padrão de crianças das classes médias, a partir de critérios de idade e de dependência do adulto, característicos de sua inserção no interior dessas classes. No entanto, é preciso considerar a diversidade de aspectos sociais, culturais e políticos: no Brasil, as nações indígenas, suas línguas e seus costumes; a escravidão das populações negras; a opressão e a pobreza de expressiva parte da população; o colonialismo e o imperialismo que deixaram marcas diferenciadas no processo de socialização de crianças e adultos. (KRAMER, 2007, p.15)

Nesse sentido, um aspecto a ser considerado é que entre as múltiplas faces da infância, neste estudo monográfico é necessário esclarecer que a infância focalizada é a infância pobre das classes populares, que além das dificuldades intrínsecas à sua condição social, estão constantemente envoltas em ações que mais as deixam à margem do que oferecem condições para que se tornem sujeitos autônomos e historicamente conscientes.

Estudos sobre história da infância no Brasil têm apontado mudanças na forma de conceber, tratar e assistir a infância desde o contexto da colonização aos dias atuais, havendo um deslocamento do protagonismo da Igreja na assistência à infância abandonada, desde os tempos da colonização, para o protagonismo do Estado no contexto republicano, especialmente a partir da década de 1960.

Como nos indica Pilotti e Rizzini (2011, p. 10) “em todos os tempos e em qualquer parte do mundo, existiram crianças desvalidas” e a “quem caberia a responsabilidade de assisti-las é uma questão que tem acompanhado os séculos”. Família, Igreja, Estado, Higienistas, Filantropos e vários outros agentes sociais se debruçaram sobre a problemática da infância, “problema gravíssimo” que há pelos menos 100 anos vem sendo debatido no Brasil e essa gravidade sempre foi atrelada à pobreza (Rizzini et alii, 2011, p. 16).

O conceito de infância tem um caráter muito amplo que esteve e está em constante transformação dentro do contexto histórico que está inserido. No interior dessas reelaborações encontramos um termo corriqueiro quando se trata de infância e importante para esta pesquisa: a noção de *menor*, que pode representar tanto as pessoas com menos de 18 anos, como pode ser o antônimo de criança ou adolescente, pois, em várias situações o termo menor carrega o estigma da carência, da delinquência e da marginalidade.

Para Morelli (1996, p.39) o debate sobre a questão da infância foi conduzido por quatro discursos principais: o religioso, o jurídico, o médico e o pedagógico. Foi desse debate secular que o termo menor foi constituído, pois,

“como todos esses discursos estão em constante relação, a idéia de criança também pode ser vista como produto do conflito entre as noções de criança sadia e de criança em situação de desamparo. Dentro desse conflito surge um novo termo, possuindo como objetivo definir o oposto à "criança": a construção do termo "menor" (idem, p.40).

Embora o recorte temporal deste estudo seja posterior à delimitação do final da ditadura civil militar no Brasil, as políticas públicas relativas à infância convivem com suas marcas e com os valores que deram suporte à sua construção, quer seja em termos de permanência, quer seja em termos negação, ou seja, enquanto modelo com qual se procura romper. Durante esse tenebroso período da nossa história, uma das principais abordagens que tinham foco na infância estava diretamente relacionada ao “processo de prevenção” que afirmava “combater o abandono, o perigo moral e a inadaptação do menor”, objetivando a transformação do menor em “cidadão útil à sociedade” (VOGEL, 2011, p.301). Era necessário atacar as causas da marginalização, causas oriundas do “meio ambiente”, das ruas e dos lares em desequilíbrio, que escapavam ao ideal “modelo de moralidade pública” (VOGEL, 2011, p. 301).

Assim como esse sombrio período foi marcado pela violência e desrespeito aos direitos civis, as políticas voltadas para as crianças e adolescentes que necessitavam de “atenção”, e eram alvo de interesse da segurança nacional, tiveram como mote o controle autoritário e centralizado, tanto na formulação, quanto em suas implantações (RIZZINI et alii, 2011, p. 27). Assim sendo, conforme afirma Faleiros (2011, p.72), as

políticas para a infância durante a ditadura civil militar se mostraram um verdadeiro fracasso, além disso, a crise econômica que assolou o país evidenciou ainda mais as condições precárias da infância brasileira, destacando a figura das crianças de rua, principalmente nos centros urbanos.

Já nos últimos anos da ditadura civil militar, ou seja, nos primeiros anos da década de 80, é possível sentir os ventos da mudança, tendo em vista que

A noção de irregularidade começou a ser duramente questionada na medida em que as informações sobre a problemática da infância e da adolescência passaram a se produzir e a circular com maior intensidade. As estatísticas sociais retratavam uma realidade alarmante. Parcelas expressivas da população infanto-juvenil pertenciam a famílias pobres ou miseráveis. Diante desse quadro e graças às possibilidades de organização e participação populares na luta pela garantia de direitos, novos atores políticos entraram em cena. Em pouco tempo surgiu um amplo movimento social em favor das crianças e adolescentes em situação de pobreza e marginalidade social (RIZZINI et alii, 2011, p.28)

No contexto desses movimentos, a luta por ampliação e garantia de direitos, que marcam a redemocratização do Brasil, abarca modificações na forma de olhar a criança e o adolescente. Assim, “os direitos da criança são colocados em evidência por inúmeras organizações” (FALEIROS, 2011, p.75) que pressionaram o Estado e apresentaram novas propostas que deveriam garantir o direito das crianças e adolescentes em sua totalidade.

Contudo, essa luta se dá em um campo de conflitos definido por visões contrastantes sobre como lidar com pessoas que viviam numa infância pobre e carente.

A presença da miséria, da barbárie, do trabalho precoce, da repetência convivem na sociedade brasileira com um esforço de parte da sociedade, de parte do Estado para reverter essa situação, configurando-se um país dual onde se conflitam uma estratégia de clientelismo com as de cidadania, de encaminhamento ao trabalho precoce com as de proteção ao trabalho da criança, de violência e de defesa dos direitos (FALEIROS, 2011, p. 85)

Além dessa dualidade, que permeou os projetos da Constituição (1988) e do Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA (1990)², há um abismo gigante entre as leis e a efetiva garantia dos direitos básicos, como moradia, educação, alimentação, proteção contra violência e maus tratos. Ainda é visível que em um país como o nosso de grandes desigualdades sociais, nem a Constituição e nem o Estatuto são capazes de garantir a proteção que o Estado e a sociedade deveriam oferecer à infância e à adolescência.

II.2 - Uberlândia no contexto nacional

Entre os anos de 1970 e 1990, a população uberlandense mais do que quadruplicou (RESENDE, 2005, p.53) e apesar de manter a imagem de cidade progressista e desenvolvimentista, Uberlândia enfrentava intensos problemas sociais, relacionados com a falta de moradia, empregos mal remunerados e a falta de ações efetivas direcionadas para a infância. Assim como afirmam Ferreira (2010) e Jesus (2002), cresce em Uberlândia um forte movimento de pressão social durante as décadas de 1970 e 1980, que reivindicava do poder público ações efetivas para a construção de creches comunitárias onde as mães trabalhadoras pudessem deixar suas crianças. A situação econômica do país forçava, cada vez mais, que as mulheres entrassem no mercado de trabalho, deixando assim uma lacuna de cuidados com as crianças que precisava ser preenchida. Assim, “o movimento por creches surgia ante o impacto de uma política de arrocho salarial, concentração de renda e repressão política a quem

² Conforme definição do Governo Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal, define as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, que demandam proteção integral e prioritária por parte da família, sociedade e do Estado. Como consequência da doutrina de proteção integral à criança e ao adolescente, o ECA prevê a integração operacional dos órgãos e instituições públicas e entidades da sociedade civil, visando à proteção, à responsabilização por ação ou omissão de violação dos direitos, à aplicação dos instrumentos postulados pelo sistema e à interação entre os atores desse sistema. Disponível em: [O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br). Sua estruturação e promulgação foi fruto de um longo e constante processo nas décadas dos anos 80. Esse projeto que objetivava elevar a criança e o adolescente à condição de sujeito de direitos, pode ser considerado como um empreendimento épico, “uma mutação social”. Essa trajetória pode ser melhor analisada no texto de Arno Vogel: VOGEL, Arno. Do Estado ao Estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Orgs.). **A Arte de Governar Crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

cobrava do Estado seus compromissos com a sociedade e a garantia do direito das classes populares à assistência e educação infantis.” (FERREIRA, 2010, p. 92).

Para melhor compreensão do contexto uberlandense nesse período, é essencial falarmos sobre um período emblemático da política em Uberlândia. O prefeito Zaire Rezende, até aquele momento um político sem muito destaque na esfera regional, foi eleito com uma proposta alinhada com as novas demandas por reestruturação política, maior participação popular e políticas voltadas para as classes menos favorecidas. Assim, com a vitória de Zaire Rezende, a proposta da “democracia participativa”³ é colocada em prática.

[...] a administração do prefeito Zaire Rezende teve a participação popular não somente como um princípio administrativo, mas, principalmente, como uma proposta de governo. Prova disso foi a criação da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social. Com objetivos claros e definidos, essa secretaria foi organizada para desenvolver programas em áreas diferenciadas (Divisão do Trabalho, Programa de Apoio às Creches, Programa de Habitação Popular, Programa de Apoio Comunitário), tendo, neste último, a sua principal tarefa a ser desempenhada: apoiar a organização social e o desenvolvimento comunitário. (JESUS, 2020, p.106)

³ A Democracia Participativa é caracterizada por um diálogo permanente entre a população e a gestão pública, onde as demandas populares eram levantadas e analisadas em conjunto para uma possível aplicação de ações. Apesar das ambivalências do projeto, muitas conquistas foram alcançadas nas áreas prioritárias para os setores populares: educação, saúde, urbanização das zonas periféricas. Há várias contribuições de pesquisadores ligados à UFU para se conhecer mais a respeito do tema. Para saber mais, ver: PEREIRA, Cires Canísio. “**Democracia Participativa**”, sua lógica e sua prática. 1988. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1988; DANTAS, Sandra Mara. **Uberlândia - terra fértil para novas sementeiras: a experiência da democracia participativa (1983-1988)**. 1996. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1996; FERREIRA, Vanessa de Souza. **Creches comunitárias e democracia participativa: novas perspectivas à infância uberlandense (1983-8)**. 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010; SANTOS, Carlos Meneses de Sousa. **Democracia Participativa e tensão social em Uberlândia: experiências de moradores do bairro Nossa Senhora das Graças**. 2006. 112 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006; SANTOS, Manoel Joaquim dos. **Os jornais uberlandenses e a projeção da imagem política de Zaire Rezende (1981-1985)**. 2000. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2000; JESUS, Wilma Ferreira. **Poder público e movimentos sociais aproximações e distanciamentos Uberlândia - 1982-2000**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

Esse projeto, conforme nos aponta Santos (2009, p.101), “se contrapunha aos grupos que na cidade estiveram e estavam em consonância de interesses com o Governo Militar, conseguiu apresentar-se como uma expectativa de mudanças frente às condições de desigualdade vividas em Uberlândia”, claramente se posicionava em favor de ações que seriam focadas em “áreas prioritárias e imediatas para a ação do governo: saúde, saneamento, habitação, transporte, asfaltamento das vias urbanas e fomento econômico” (SANTOS, 2006, p. 41).

A estruturação do projeto passaria, além da criação da Secretaria de Municipal de Trabalho e Ação Social, pela organização do “povo” em associações comunitárias. Essa noção de “povo” como nos aponta Santos (2009, p.102) era uma “generalização dos trabalhadores pobres da cidade”, generalização essa que em pouco tempo se mostraria problemática, pois, passava a ideia de uma homogeneização do grupo, onde a principal interseção era pertencer à classe trabalhadora, ou seja, a que não pertence à elite dominante. Assim, eram desconsideradas as particularidades intrínsecas a um grupo tão grande e heterogêneo, pois, é evidente que dentro de qualquer estrato social existem muitas camadas sobrepostas que vão além do que uma simples divisão pelo fator trabalho poderia abarcar. Contudo, as “Associações de Moradores seriam reconhecidas como o padrão da organização comunitária e, ao mesmo tempo, da própria condição de intermediação com o Governo peemedebista” (SANTOS, 2009, p.103). No início da gestão da Democracia Participativa existiam seis dessas associações, que ao final daquela gestão já eram sessenta e oito.

[As associações] se fizeram presentes em algum momento no Conselho Municipal de Entidades Comunitárias, entidade que reunia as Associações de Moradores e também outras associações, como clubes de mães, entidades estudantis, sindicatos, entre outras. (SANTOS, 2009, p.103)

Nas assembleias realizadas nas Associações de Moradores as demandas eram levantadas, avaliadas e votadas. Essas assembleias eram compostas por moradores e por representantes do governo, que avaliavam sua viabilidade e possibilidade de implantação. Para além do papel de intermediária entre o povo e o poder público, essas associações também eram importante suporte para o governo Zarista, visto que era através da participação ativa da população empobrecida que sua base governamental era

fortalecida. Assim, “o governo procurava consolidar sua hegemonia, perante os demais grupos dominantes da cidade, em um momento de crise da ordem política” (SANTOS, 2006, p.54)

Com o passar dos anos do mandato do prefeito Zaire Rezende, a Democracia Participativa foi se enfraquecendo. Ferreira (2010, p.68) aponta como fatores determinantes para a derrota do pemedebista Zaire Rezende nas eleições de 1988: conflitos com as elites dominantes, dado que em um governo voltado para classes populares não se viam representadas; divisão interna dentro do próprio PMDB, que somada à oposição de outros partidos dificultava a atuação do poder executivo; desgaste contínuo da democracia participativa devido à descrença em relação às ações propostas; além das disputas e conflitos internos nas associações representativas.

Sucedendo Zaire Rezende, o conhecido político Virgílio Galassi que já tinha cumprido dois mandatos anteriores como prefeito, assume mais uma vez o governo da cidade. Segundo Santos (2006, p. 92), Galassi era “representante dos partidos elitistas que outrora governaram Uberlândia”, porém, não era possível apagar os impactos da gestão anterior e dos movimentos sociais em prol da conquista de direitos.

“Após a vivência das expectativas da Administração Zaire Rezende, a precariedade e as demandas sociais não deveriam mais ser “ignoradas”, pelo menos não como antes. Não poderia o “novo prefeito” recomeçar de uma folha em branco a “impressão do progresso”, pois muitas pessoas haviam experimentado a possibilidade de novas relações (Santos, 2006, p 92)

Assim, é nesse contexto político, de notório fervor e aclamação por políticas voltadas para o bem-estar social, que os projetos das Unidades de Orientação do Menor foram elaborados e colocados em prática.

II.3 - As Unidades de Orientação do Menor em Uberlândia

As UOMENs foram gestadas e implantadas num contexto de deslocamentos de sentidos relativos à infância e sob o impacto de movimentos sociais em prol da garantia de direitos. Ainda que tenham sido gestadas no bojo de um determinado projeto de governo, elas vão permanecer como possibilidade de atender a uma demanda social por

espaço onde crianças e adolescentes, entre sete e dezessete anos, pudessem ser cuidadas enquanto seus pais ou responsáveis trabalhavam. Ao mesmo tempo em que essas unidades ofereciam alimentação, apoio escolar e lazer, atuavam no processo cultural de educação de sensibilidades dessas crianças, endossando de forma direta ou indireta valores relativos ao trabalho, à infância, às relações sociais, entre outros.

No intuito de melhor compreender os objetivos, expectativas e concepções que norteavam a criação e funcionamento das UOMENs, e tendo em vista as dificuldades de pesquisa em diferentes fontes devido às restrições impostas pela pandemia da COVID 19, investi na pesquisa de jornais disponíveis *on-line* no acervo do Arquivo Público Municipal.

Os jornais foram minhas principais fontes documentais sobre as inaugurações das Unidades de Orientação do Menor em Uberlândia. Por esse motivo, levando em consideração que os jornais são agentes históricos, carregam em suas páginas as escolhas de seus editores, autores, patrocinadores e leitores é preciso realizar uma análise mais ampla dessas fontes. Faz-se necessário, conforme nos aponta Cruz e Peixoto (2007, p. 259) compreender que “a imprensa além de veicular opiniões”, atua como “agentes históricos que delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos”. Assim, é importante compreender que a imprensa, como “linguagem constitutiva do social, detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade” (IDEM, p. 260).

Ao buscar nos jornais informações sobre as Unidades de Orientação, é importante compreender que estes veículos de informação estão carregando em suas páginas intencionalidades que nem sempre estão evidentes. Para essa pesquisa, foram analisados três jornais com circulação em Uberlândia, o *Correio de Uberlândia*, *Jornal Primeira Hora* e o *Participação*, por esse motivo, antes de acessarmos as páginas desses jornais, realizo uma breve apresentação deles.

O *Correio de Uberlândia*, principal periódico da cidade, inaugurado em 1938, reunia vários cadernos que traziam as notícias de Uberlândia e região. Na década de 1940, “o jornal *Correio de Uberlândia* pertencia a cotistas ligados ao partido político UDN – União Democrática Nacional – entre eles João Naves de Ávila, Nicomedes Alves dos Santos e Alexandrino Garcia”. Na década seguinte, “o jornal foi vendido para Agenor Garcia” membro da família proprietária do Grupo Algar, “permanecendo sob a direção dessa família até 1971, quando foi comprado por Sergio Martinelli, voltando,

em 1986, às mãos dos Garcia” (FERNANDES, 2008, p.26). Assim, como afirma Pacheco (2001, p.71), o *Correio* estava diretamente ligado à defesa “dos interesses dos grupos mais conservadores e economicamente poderosos da sociedade uberlandense”.

Em 1981, o jornal *Primeira Hora* é “fundado, num momento histórico de crise do regime militar, especialmente dedicado a fazer oposição aos grupos ligados à ditadura” (PACHECO, 2001, p.68). O jornal contava com mais de “64 sócios sendo sua maioria composta por militantes do PMDB, de Uberlândia e cidades vizinhas, além de professores da Universidade Federal de Uberlândia” (PACHECO, 2001, p.70). Abertamente oposicionista à ditadura civil militar e aos grupos uberlandenses a ela vinculados.

O jornal *Participação* foi criado em 1984 e era um "Boletim Informativo da Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Uberlândia". De teor panfletário era editado pela equipe do governo Zaire Rezende, tinha circulação mensal e seu objetivo principal era divulgar para a população as ações realizadas pela prefeitura de Uberlândia.

Foi nas páginas desses jornais que encontrei matérias que mencionavam as UOMEN. A inauguração da primeira Unidade aparece nas páginas do *Correio*:

Uberlândia ganha hoje Unidade de Orientação do Menor

O trabalho de atendimento ao menor em Uberlândia conta com mais um aliado. Trata-se da Unidade de Orientação do Menor (UOMEn) que será entregue pela Prefeitura e Coordenação Municipal do Pronave - LBA de Uberlândia neste sábado, 8, às 10 horas, na Avenida Rondon Pacheco, esquina da Rua Rio de Janeiro, no Bairro Tibery. A unidade atenderá 150 menores de 7 a 17 anos e desenvolverá atividades ocupacionais na área de lazer, esporte, trabalhos manuais, aprendizado de artesanato com predominância de tapeçaria e tear. Serão ministradas aulas de confecção de brinquedos pedagógicos ou outras atividades de interesse do menor. Além da participação de atividades ocupacionais aos menores receberão durante sua permanência na Unidade, refeições, lanches e noções de higiene pessoal. A coordenadora do Pronave (sic) e primeira dama do município, Neuza Rezende salienta que "em prosseguimento a política da administração Zaire Rezende de proporcionar assistência aos menos favorecidos, a primeira Unidade de Orientação do Menor surge como um órgão de

educação complementar, voltado para menores que foram selecionados sob o critério de condições sócio-econômica familiar". Para viabilizar a execução do projeto a Prefeitura de Uberlândia cedeu o terreno e arcou com a construção do imóvel. A coordenação da Unidade está sob a responsabilidade do Pronav e a sua manutenção é de competência da Prefeitura. No atendimento ao menor a prefeitura assiste diretamente a 37 creches comunitárias o que equivale a mais de 1.500 crianças beneficiadas de zero a seis anos. Ainda no apoio ao menor a administração Zaire Rezende presta assistência a mais 9 creches institucionais e 5 centros de formação. A secretária de Trabalho e Ação Social do Município, Niza Ribeiro da Luz informou que no transcurso deste ano a administração municipal entregará outras duas Unidades de Orientação do Menor que atenderão cerca de 300 menores de 7 a 17 anos. Uma destas Unidades já está em fase de implantação no Bairro Jardim Brasília. A outra terá início de sua construção em julho e localiza-se no Bairro Tibery. A escolha destes bairros para implantação destas duas Unidades, segundo informações de Niza, obedeceu os critérios de solicitação da comunidade e das possibilidades da Prefeitura na aquisição do imóvel ou terreno para sediar estas entidades. (Correio de Uberlândia, 08 de março de 1986, p 4)

Na reportagem podemos identificar para qual público as Unidades foram criadas, “menores de 7 a 17 anos”, “menos favorecidos” e oriundos de famílias que atendessem a determinados “critérios socioeconômicos”. Assim sendo, o objetivo é atender a crianças e adolescentes de famílias pobres de Uberlândia, atendimento baseado no assistencialismo e na lógica do trabalho como norteador das ações de formação cidadã. De acordo com Faleiros (2011, p.85), “o mito do trabalho infantil como forma de encaminhamento da criança na vida ainda se mantém na cultura e nas relações de produção no final do século XX”. O alinhamento a essa lógica também está explícita quando constatamos que a coordenação da Unidade I está a cargo do Pronav - Programa Nacional de Voluntários - “cujo objetivo seria um programa de ação para assistir as pessoas de baixa renda, possibilitando-lhes condições de se aprimorarem profissionalmente, e sucessivamente aumentarem a sua renda familiar” (SILVA, 1987, p. 4).

Em um país assolado pela crise econômica com escassez de emprego para os adultos, qual seria o sentido de oferecer para crianças e adolescentes atividades ocupacionais como “trabalhos manuais, aprendizado de artesanato com predominância de tapeçaria e tear”? Como essas atividades poderiam representar uma alteração no *status quo* desses “menores”?

II.4 – UOMEN III: um breve histórico

A Unidade de Orientação do Menor III estava localizada no bairro Tibey, mais especificamente na Avenida Europa, nº 175. Foi nessa Unidade que passei parte da minha infância e início da minha adolescência e pude compartilhar de vários momentos que tornaram essa experiência tão viva em minhas memórias. Voltando ao passado me recordo que na UOMEN havia uma placa de inauguração que indicava que antes de ser a Unidade III, aquele prédio já tinha abrigado o primeiro CSU (Centro Social Urbano) de Uberlândia. Não me recordo de maiores detalhes, como a data de inauguração, por exemplo. Contudo, ao realizar pesquisas nos jornais de Uberlândia, me deparei com uma notícia de 16 de dezembro de 1983 do Correio de Uberlândia, que trata da inauguração do CSU.

O CSU teve suas obras iniciadas em 1978, mas foi inaugurado na gestão de Zaire Rezende, em 18 de dezembro de 1983, em clima de festa com várias atividades esportivas e culturais. O CSU foi descrito pela reportagem como um local benéfico para a sociedade:

[...] Entre as atividades programadas para o CSU em 1984 está o funcionamento da creche comunitária, que receberá da Secretaria Municipal de Ação Social uma pequena subvenção em dinheiro, além de hortigranjeiros do Programa Municipal de Abastecimento (PROMUAB), assistência psicológica, médica e dentária às crianças. Os moradores do Tibery, segundo Zaire Rezende, vão participar da administração do CSU, que abrigará ainda os movimentos sociais do bairro (clubes de mães, grupo de jovens, grupo teatral, etc.) e cursos profissionalizantes. (Correio de Uberlândia, 16 de dezembro de 1983, p 4)

É possível deduzir, pelo menos em seu projeto, que o CSU é inaugurado objetivando uma amplitude maior de ações. Para além da atenção para a infância, ele

seria um espaço referência para outros grupos sociais, seria um espaço de construção de práticas comunitárias, já baseado na proposta de Democracia Participativa, onde os moradores poderiam participar de sua gestão.

Foi em 06 de março de 1988 que ocorreu uma mudança no formato do atendimento do CSU. A partir daquela data deixa de existir o Centro Social e a terceira Unidade de Orientação do Menor é inaugurada. Na UOMEN III,

[...] as crianças e adolescentes recebem alimentação completa. No cardápio alimentar constam, além do básico, leite, carne, ovos e frutas. Através da Metodologia da “Educação pelo Trabalho” são desenvolvidas atividades ligadas ao esporte, recreação e educação. (Jornal Primeira Hora, 05/03/1988, p.4)

Aspectos básicos dos direitos infantis, como alimentação, esporte, cultura e acompanhamento educacional, faziam parte das atividades das Unidades, mesmo que, conforme indicado por pesquisas, elas tenham sido muito mais uma resposta, primeiro as reivindicações das mães trabalhadoras por espaços seguros para deixarem seus filhos e filhas do que especificamente projetos com foco no bem-estar social dessas crianças e adolescentes.

Assim como o *Primeira Hora*, o *Correio* também noticiou a inauguração da UOMEN III. No dia 08 de março de 1988 o jornal inicia sua reportagem reproduzindo a fala do prefeito Zaire Rezende sobre a importância da participação do povo na gestão pública. Em tom paternalista, conforme o jornal, Zaire discursou para cerca de 200 moradores do bairro Tibery e alertou sobre a “importância da responsabilidade que recai sobre a população quanto à escolha de seus representantes”. Além disso, “lembrou aos presentes a importância da participação da comunidade na conquista de suas aspirações e reivindicações maiores” (Correio de Uberlândia 08/03/1988, p. 6).

Essas inaugurações são palanques políticos, ambiente fértil, para a defesa da Democracia Participativa que, conforme indicado no tópico anterior, além de outros problemas, passava por um forte momento de descrédito junto à comunidade. Na reportagem do jornal Correio de Uberlândia pouco se fala do ato da inauguração em si, o foco está na fala do prefeito Zaire Rezende. O jornal ainda destaca do discurso do prefeito a afirmação que,

“o povo é o construtor de seu próprio destino, ao exercer o direito que lhe é conferido para fazer a escolha de seus governantes, e que para o exercício da democracia é preciso estar atento, como cidadão consciente, para o tipo de governo que se desejava desenvolver a cada dia no município.” (Idem)

Tal fala desconsiderada o contexto histórico das lutas de classes e os mecanismos de dominação que as elites exercem sobre o povo, ainda que eles não sejam uma via de mão única alijada de movimentos de resistência. A afirmação recortada pelo jornal direciona a responsabilidade de condução de uma sociedade mais justa para os atos dos “cidadãos conscientes”, fazendo o exercício da democracia se limitar ao poder de escolha do governo ou do governante.

É possível compreender que, para além da inauguração de mais uma UOMEN, o governante está realizando um alerta sobre as possibilidades políticas vindouras. Caso não fosse o governo Zaire, outro governo tiraria do povo o poder de “participação da comunidade na conquista de suas aspirações e reivindicações maiores” (Idem)

Voltando dois dias nas publicações do *Correio de Uberlândia*, uma matéria chama a atenção, ocupando metade da página 05 e com o título “Prefeitura atenta a questão do menor”, o autor traça um paralelo entre o governo zarista e as gestões anteriores, afirmando que foi a partir de 1983 que a “questão do menor” passa a ter a mesma prioridade que outras setores da administração. Há um grande reforço sobre a exclusividade da prefeitura como mantenedora das creches, centros de formação e unidades de orientação que no total atendem mais de 3.000 crianças. Além disso, a reportagem busca frisar a profissionalização do atendimento aos menores:

“A coordenação dos trabalhos nas 41 creches, 4 centros de formação e 3 Unidades de Orientação do Menor é feita pela Divisão de Desenvolvimento e Orientação do Menor da Secretaria de Trabalho e Ação Social. Essa divisão possui uma equipe de funcionários especializados incluindo psicólogos, assistentes sociais, professores de educação física, pedagogos e instrutores. (Correio de Uberlândia, 04/03/1988, p.05)

A profissionalização do atendimento às crianças e adolescentes, que não estão apenas com as “tomadeiras de contas”, aproxima essas instituições de uma visão

educacional, organizada e com objetivos de atuar de forma mais ampla na “orientação desses menores”. Não seria apenas um local para deixar as crianças e adolescentes, mas sim um local com estrutura para oferecer um atendimento que abarcaria desde questões psicológicas, educacionais e de bem-estar físico.

Outro ponto abordado é a ênfase no formato de atendimento que as UOMENs ofereciam a crianças e adolescentes, sendo que

Todas as atividades, tanto do Centro de Formação como das Uomen's, são feitas dentro da diretriz de "Metodologia de Educação pelo Trabalho". Por esta diretriz são desenvolvidas atividades artesanais de confecção de flores, peças de madeira, cerâmica, pintura em tecidos [...] acompanhadas de instrutores elas desenvolvem trabalhos de marcenaria, horticultura, culinária e artesanato. (Idem)

Assim como em outras reportagens, podemos perceber um reforço sobre o perfil de abordagem das Unidades, onde é através da educação pelo trabalho que esses menores receberiam cuidados e orientação.

O aspecto do trabalho é fortemente frisado, como se esse aspecto da educação fosse uma resolução definitiva para o futuro dos menores que ali estavam. Mesmo em um contexto histórico de crescente luta por direitos das crianças e adolescentes, perseverou uma convicção de que ofertar para esses menores “aprendizado profissional” seria a melhor solução. Contudo, como conhecimentos de trabalhos manuais como: plantar hortaliças, fabricar cestos de flores e a preparação de coxinhas e pães de queijo poderiam oferecer uma oportunidade profissionalizante que fosse efetivamente capaz de encaminhar esses menores para um futuro com maiores possibilidades profissionais? Em certa medida, tais atividades servem muito mais ao discurso tutelador do que a intenções de alteração do *status quo* dessas crianças e adolescentes.

É possível compreender através dessa reportagem para qual público era destinado o atendimento nessas Unidades. Segundo a própria coordenadora da UOMEN III, “os critérios para a garantia da vaga do menor na Unidade são os da mãe trabalhar fora e a renda familiar de até dois salários-mínimos”. Ainda na reportagem, flagramos que a visão da coordenadora expressa estigmas sociais relativos ao público-alvo das Unidades:

“Ela observa que como reflexo direto da origem social das crianças – com predominância de filhos de bóia-fria e doméstica - é grande a evidência de menores com dificuldades no aprendizado escolar e com problemas de comportamento. Para casos como estes é que segundo a coordenadora a Uomen conta na sua equipe técnica de um psicólogo e um professor de primeiro grau.” (Idem)

Nota-se a visão de que crianças e adolescentes oriundos de famílias da classe trabalhadora são sinônimo de problemas comportamentais e de aprendizagem, fadados a um destino de pouca educação e a problemas de comportamento. É possível identificar que há uma visão de necessidade de intervenção do poder público e de profissionais especializados na orientação do “menor”, em oposição à própria família.

É possível perceber que as Unidades foram idealizadas com objetivo de intervenção na educação e formação dessas crianças e adolescentes, pautados em visões ambivalentes de infância. A fala da coordenadora da UOMENs, propagada através do jornal, expressa e endossa sensibilidades que definem a infância pobre em perspectiva homogeneizadora e marginalizadora e, ainda, reforça uma visão dos pais pobres como displicentes e causadores de traumas em seus filhos. No entanto, esse quadro deve ser visto a partir de outras perspectivas. Seria essa a visão de mães e pais que lá matriculavam seus filhos?

O fragmento de memória que é tomado como epígrafe na abertura da introdução desta monografia dá indícios para que se perceba a preocupação dos pais no cuidado com seus filhos. O fato de as UOMENs responderem a demandas dos pais também dá indícios de uma busca por cuidado, não de maus tratos por parte deles. Os pais não buscam, necessariamente, um espaço para moldar o caráter de seus filhos ou que pudesse intervir na educação deles. O que uniu os pais que lutavam junto às associações de bairro é a procura por um lugar seguro e de cuidados, onde seus filhos e filhas pudessem ser alimentados e pudessem desenvolver outras atividades quando não estivessem na escola.

Percebemos amálgamas de diferentes sensibilidades relativas à infância também na definição de atividades que compõem a rotina cotidiana das crianças e adolescentes atendidos nas UOMENs. Por um lado, há uma preocupação com a multiplicidade de atividades que eram oferecidas às crianças e adolescentes, desde reforço escolar a atividades lúdicas e artísticas, expressando sensibilidades atinentes à

singularidade da infância, isto é, que reconhecem como sendo específico da infância “seu poder de imaginação, a fantasia, a criação, a brincadeira entendida como experiência de cultura.” (KRAMER, 2007, p.15). Por outro lado, ainda permanecem resquícios de uma visão da criança como adulto em miniatura, que precisa ser moldado pelo trabalho _ e com uma definição à priori de qual tipo de trabalho deve ser dentro de uma ótica burguesa dominante que procura definir os projetos de futuro da classe trabalhadora e a eles impõe o trabalho como ação moralizadora.

Ao movimentar os sentidos do que é veiculado pelos jornais locais, em contexto de mudanças na compreensão da infância no Brasil e das políticas públicas a ela direcionadas, percebe-se a persistência de sensibilidades próprias de uma visão burguesa sobre a infância pobre. Se através dos jornais, onde o protagonismo das UOMENs é conferido aos seus idealizadores, percebe-se a imposição de valores burgueses que se distanciam da singularidade da infância, especialmente da infância pobre, busco agora me aproximar de outros protagonistas dessa história, crianças e adolescentes que foram atendidos nestas Unidades. Afinal, como traduzem hoje o que significou para eles as UOMENs?

III- Capítulo 2: Fragmentos do vivido na UOMEN III: experiências rememoradas

Eu perdi meus pais muito cedo antes mesmo de entrar na unidade, então tinha aquelas pessoas como minha família e nossa aprendi artesanato, aprendi a cozinhar, a interpretar, a conviver com pessoas diferentes, aprendi interpretar. (Recorte de depoimento de Márcia. Memórias de experiências vividas na UOMEM III. Uberlândia, julho de 2021.)

Até aqui, busquei reconstruir em minha pesquisa o surgimento das Unidades de Orientação do Menor, utilizando como fontes jornais locais. Busquei lançar luz sobre o contexto nacional e regional, reunindo informações sobre a política de governo em que foram gestadas, os sujeitos a quem se destinavam, a estrutura e os objetivos que foram definidos para as Unidades, bem como busquei trazer algumas tensões que se desenvolviam no plano de fundo da implantação delas. Resta agora ouvir as vozes de pessoas que viveram diretamente o cotidiano das UOMENs.

Por esse motivo, faz parte desse projeto de pesquisa apresentar memórias de alguns dos sujeitos que experienciaram o dia a dia da Unidade de Orientação do Menor III, pessoas que lá estiveram e participaram ativamente dessa proposta governamental para o cuidado com as crianças e adolescentes de Uberlândia. É a partir dessas memórias que almejo trazer para esta pesquisa outros fios, outros caminhos que podem nos apresentar novas perspectivas de como a UOMEN III afetou a vida das crianças e adolescentes, hoje adultos, que lá estiveram.

Os relatos nos permitem “dar voz àqueles que normalmente não a têm”, mostrar que “cada indivíduo é ator da história” (JOUTARD, 2000, p. 04) e “explorar aspectos da experiência histórica que raramente são registrados, tais como relações pessoais” (Idem, p. 54), seus desdobramentos e seus significados.

III.1- Experiência e memória – explicitando a abordagem teórico-metodológica e conceitual.

Quando decidi reunir relatos de pessoas que frequentaram a Unidade de Orientação do Menor III, no bairro Tibery, entre os anos de 1988 e 1998, a pandemia da

Covid19 já havia imposto a necessidade do isolamento social. Partindo da impossibilidade de fazer entrevistas pessoalmente e colher relatos orais, busquei estabelecer contato por e-mail com algumas pessoas que frequentaram a UOMEM III na condição de atendidos por tal Unidade e expliquei o motivo do meu contato, convidando-os a participarem da pesquisa. Na sequência, elaborei formulários de identificação dos participantes e orientação para depoimentos, respeitando princípios éticos, como a garantia de preservação da identidade dos colaboradores e autonomia para decidirem aderir ou não à pesquisa, após esclarecer sobre como o trabalho seria realizado e sobre a disponibilização da monografia em ambiente virtual, no Repositório Institucional da UFU.

A criação do formulário teve por objetivo colher informações básicas de dados demográficos (gênero, etnia, profissão, localidade) e solicitar aos sujeitos participantes que, de forma livre, relatassem como era a rotina de funcionamento na Unidade, as experiências que os marcaram de forma positiva ou negativa e quais são suas percepções atuais sobre os projetos realizados na UOMEN III há mais de vinte e cinco anos. O formulário foi disponibilizado aos participantes em junho de 2021 e o acesso ao mesmo foi encerrado em julho do mesmo ano, quando todos já o haviam preenchido.

Foram reunidas sete pessoas, todas residentes em Uberlândia, que se dispuseram a participar da pesquisa e responderam ao formulário adotando pseudônimos: Ana se define como mulher branca, tem 38 anos e é servidora pública; Zigalu se define como homem negro, tem 38 anos e é advogado; Márcia se define como mulher negra, tem 36 anos e é supervisora comercial; Silva se define como mulher negra, tem 37 anos e é técnica em segurança do trabalho; Santos se define como homem negro, tem 38 anos e é segurança pessoal; Lyo se define como homem branco, tem 34 anos e é administrador financeiro; Maria se define como mulher branca, tem 38 anos e é gestora de Recursos Humanos.

Após reunir as respostas que deram às questões colocadas no formulário, realizei várias leituras do material. As primeiras leituras foram carregadas de nostalgia, porque através daquelas palavras eu me reencontrava com um tempo vivido e compartilhado por todos nós na UOMEM III. Nesse primeiro movimento de leitura me preocupei mais em olhar para cada uma daquelas pessoas, lembrando suas feições infantis e recuperando as trajetórias de vida de cada um, considerando os limites de minha familiaridade com cada um deles. Em seguida realizei outras leituras com o intuito de flagrar pontos que eram comuns nas respostas de cada participante, isto é,

buscando captar os pontos aos quais suas memórias sempre voltavam. Reuni-os em conjuntos temáticos sobre os quais me detive na análise desse material.

A partir da contribuição desses sujeitos foi possível identificar aproximações e afastamentos em relação aos valores e expectativas dos gestores do projeto, permitindo tanto trazer outras informações sobre a UOMEN quanto apresentá-la no âmbito da experiência subjetiva, articulada ao social.

Heloisa Helena Pacheco Cardoso, ao destacar a importância dos relatos subjetivos, afirma que eles nos permitem

“Compreender como o mundo social é (re)construído pelas pessoas nas suas relações sociais trazem para o campo da reflexão as experiências vividas pelos diversos sujeitos, inserindo na História os que vivem à margem da cultura dominante, não como grupos isolados a quem damos voz porque excluídos, mas como homens e mulheres que reconstróem cotidianamente suas experiências nos debates diários com outros sujeitos, dominantes ou não (CARDOSO, 2021, p.03).

Os depoimentos colocam em evidência outros sujeitos construtores dessa história, permitindo irmos além das fontes e documentações “oficiais”, e trazem à tona visões de infância perspectivadas pelas lentes dos adultos que rememoram tal experiência. É necessário, levar em consideração que “os diálogos que estabelecemos com as pessoas são portadores de sentidos, de subjetividades que necessitam ser analisados como indícios de memórias individuais sobre o vivido” (CARDOSO, 2021, p.04) e que, como pesquisadora, não posso encarar essas narrativas como simples subjetividades, desqualificando o que é subjetivo e o encarando como inapropriado para a pesquisa, mas sim como “evidências das relações sociais no hoje e no ontem” (Idem, ibidem).

Entendo que são ricas as contribuições trazidas pelos sujeitos desses depoimentos, que compartilharam desse espaço e nele viveram uma experiência comum por um longo período de suas vidas, uma vez que, ao revisitarem suas memórias, reconstróem essas experiências no movimento de rememoração que, segundo Galzerani (2013, p.6) é um “movimento tecido pela linguagem, capaz de se relacionar com as possibilidades e desejos libertadores do passado vivido, ressignificados no agora, como busca atenciosa relativa aos rumos a serem construídos no futuro”.

Nesse sentido, empreendi em minha análise uma leitura a contrapelo dessas memórias, buscando desvelar o que traziam enquanto questionamento relativo ao passado, ao presente e ao futuro. Coloquei-me a refletir sobre o que essas memórias também demandavam de mim, enquanto historiadora e pesquisadora, prestes a concluir um trabalho que poderá ser acessado por quem o desejar no meio virtual.

A professora Nara Rúbia de Carvalho Cunha, em sua tese de doutorado (2016) trabalhou com memórias de professores e relata o desafio de lidar com memórias. Para delinear uma imagem de tal desafio, ela realiza a leitura de um fragmento do texto *Infância em Berlim por volta de 1900*, de Walter Benjamin (1995), chamado *Caçando Borboletas*, no qual o autor narra seu hobby de caçar e colecionar borboletas.

Quem trabalha com memórias pode se ver nessa alegoria que Benjamin constrói. Um caçador (o pesquisador), num cenário de encontro entre borboletas (as memórias) e flores (os sujeitos que rememoram). As borboletas, cujo voo é comandado por uma conjunção de elementos ligados aos sentidos, têm encontros efêmeros com as flores, muito mal compreendidos pelo caçador, porque seu interesse é dominar a presa, é se sobrepor a ela. Na mônada focalizada, as flores não interessam ao caçador, embora sejam elas as responsáveis por exalar o perfume que atrai as borboletas. A empreitada do caçador termina quando ele finalmente determina o destino da borboleta e a sepulta em uma caixa, como um troféu, à revelia de todo estrago e sofrimento causados por ele, inclusive a si mesmo. (CUNHA, 2016, p. 210)

Para a autora, o trabalhar com memórias envolve muitos desafios. Um deles é evitar querer dominar as memórias dos outros, convertendo-as em presas do pesquisador, fazendo-as convergir para seus interesses próprios. Outro desafio é não lhe tirar a vida, ou seja, a capacidade de continuar reverberando, de continuar aberta a outros sentidos. Segundo suas palavras, “para trabalhar com memórias é necessário respeitar a vida. A vida dos sujeitos e de suas memórias, porque as memórias se mantêm vivas, ainda que trêmulas.” Cabe ao pesquisador a tarefa de “inventariá-las para lhes fazer justiça”. (CUNHA, 2016, p. 211).

Assim, ao longo da pesquisa, em contato com o material reunido e na partilha de reflexões e estudos com os grupos Odisseia e Mosaicos⁴, fui percebendo que meu trabalho também era, de algum modo, educativo, porque instruía quanto aos modos de se relacionar com essas memórias, inclusive os modos como nós, as pessoas que estavam rememorando, poderíamos lidar com nossas memórias.

Nesse sentido fui percebendo que a pesquisa se abria para um exercício de elaboração coletiva com fios de experiência.

Na esteira de Walter Benjamin (1994) e Jorge Larrosa Bondía (2002), reconheço que a experiência, concebida como saber que se constrói no e com o tempo, em postura dialógica e reflexiva em relação ao(s) outro(s) e ao que vivemos diretamente ou que assimilamos através da arte narrativa, está em declínio desde a consolidação da cultura moderna capitalista (BENJAMIN, 1994).

Bondía, ao fazer uma síntese do que define como experiência adverte que

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço. (BONDÍA, 2002, p. 24)

O autor aponta que a experiência é algo que nos toca e é cada vez mais rara porque temos cada vez menos tempo, mais trabalho e mais opinião, isto é, vivemos no automatismo de um mundo que exige de nós respostas prontas frente ao excesso de

⁴ As professoras Cyntia Simioni França e Nara Rúbia de Carvalho Cunha coordenam respectivamente os grupos de estudos Odisseia, na UNESPAR, e Mosaicos, na UFU, que têm reunido seus pesquisadores em agenda de estudos e reflexões quinzenalmente desde agosto de 2020. Participo das reuniões desde março de 2021, partilhando com outros estudantes de Graduação e Pós-Graduação em História dessas universidades, geralmente com pesquisas ligadas ao Ensino de História.

informação a que somos submetidos. E esse excesso de informação requer que estejamos sempre aptos a dar opinião sobre tudo, mas o opinar “se reduz, na maioria das ocasiões, em estar a favor ou contra” (BONDÍA, 2002, p. 23).

Percebo que esse tempo, que estamos dedicando a revisitar nossas memórias do vivido na UOMEN III, abre para nós a possibilidade de reconhecemos esse vivido como experiência e de darmos outros sentidos a ela. Agora adultos, em outro contexto, que sentidos outros podemos dar ao que vivemos na UOMEN? O que essa experiência ainda nos ensina ou agrega às nossas vidas e à vida do outro, no caso o leitor deste texto? Em que medida o exercício de rememorar nos ajuda a reelaborar os valores que definiram as UOMENs?

III.2 - A experiência do vivido na UOMEN III em tramas de memórias

A maioria das pessoas que participaram da pesquisa trouxe suas contribuições respondendo pontualmente às questões do formulário. Uma delas fez uma narrativa de memórias na qual reúne suas respostas em formato de prosa. Com este texto inicio o percurso por esses fragmentos de memórias:

Entrei na Unidade em 1992, na época eu tinha 9 anos. Meu horário na Unidade era diurno, pois, eu cursava a 3ª série do fundamental na escola estadual Rotary no período vespertino. Uma das dinâmicas da Unidade era essa relação com os turnos das escolas regulares, assim sendo, os turnos da Unidade eram divididos em dois, diurno das 07:00 às 12:30h e vespertino das 12:00 às 17:30h.

Nossa rotina em um dia normal no turno da manhã, era entrada às 07:00h - com tolerância de 15 minutos – ali o guarda patrimonial tinha o papel de não deixar entrar os atrasados reincidentes. O café era servido até às 07:30h, geralmente, era uma caneca de leite quente com achocolatado e um pão francês com manteiga. Vale ressaltar, que antes de todas as refeições sempre rezávamos um Pai Nosso, [...] havia uma escala de trabalho, onde algumas atividades de limpeza eram divididas entre nós alunos e acompanhadas pelas funcionárias da limpeza e merendeiras, ela era dividida de tal forma que participávamos pelo menos uma vez na semana de alguma ação de limpeza. Sempre eram dois alunos por atividades: lavar as louças do café, do almoço e do jantar; lavar os banheiros; lavar o refeitório e cuidar do escaninho. O escaninho eram os armários onde deixávamos nossas mochilas, ele ficava aberto em alguns períodos do turno: horário de chegada, horário do banho e horário de saída, fora desses horários o escaninho ficava trancado, assim eram evitados os furtos.

Assim sendo, logo após o café da manhã, quem não estava na escala deveria ir para sua sala, entre elas: artesanato, culinária, marcenaria e horta, nessas salas aprendíamos a realizar atividades manuais relacionadas com a abordagem de cada uma delas. Na marcenaria, o instrutor era o Eurípedes Sebastião, mas conhecidos como Tião, lá eram produzidos em sua grande maioria brinquedos: carrinhos, trenzinhos, quebra cabeças e cavalinhos. A sala em sua grande maioria contava com um público masculino, me recordo apenas da Angélica, a única menina da marcenaria, nunca entendi por que ela gostava tanto de lá. A produção era bem pequena, comparada com as outras salas, acredito que por exigir mais técnica e cuidados com equipamentos que poderiam ser perigosos. Na horta, com seu Pedro, as crianças e adolescentes cuidavam das verduras que eram produzidas e direcionadas para a própria cozinha da Unidade e usadas na alimentação da criançada. No artesanato, a Marilack, considerada por muitos como a mais “brava” era a instrutora, o crochê, tricô, bordados a mão, flores de tecidos ou palha e arranjos ficavam a cargo das meninas, para os meninos as atividades eram o tear para produção de tapetes, o macramê e a parte de tingimento de tecidos e demais materiais utilizados para os arranjos. Produzíamos muitos panos de prato, arranjos de flores, bonecas de pano, tapetes e estantes de macramê, além de itens sazonais, como arranjos para os dias das mães e para o Natal. Na culinária, a Tia Ana era a responsável, cozinheira de mão cheia, todos amavam o que ela produzia. Lá havia maquinários profissionais para a produção de alimentos, batadeiras, liquidificadores, fornos, freezers e fogões. As atividades eram divididas de forma mais igualitária, independente do gênero, todos participavam da produção de salgados fritos e assados, várias fornadas de pão de queijo eram assadas diariamente para venda, além de biscoitos e bolos. Havia ainda uma grande produção de laranjinhas (geladinhos) de vários sabores que eram geladas de um dia para outro. Em todas as salas havia esses instrutores, que acredito, eram especializados nessas áreas do saber, eles coordenavam as atividades além de nos ensinar as técnicas, decidiam tudo que seria produzido, como seria feito e eram responsáveis por nós durante nossa permanência na Unidade.

Parte desses produtos eram direcionados para venda, muitas vezes, saíamos às ruas próximas da Unidade vendendo esses produtos para a comunidade. Os da culinária tinham até clientes cativos. Os produtos do artesanato e da marcenaria eram mais difíceis de vender, mas nem por isso deixávamos de levar todos os dias para as vendas nas ruas. Elas eram feitas geralmente pelas crianças mais velhas, mas ocorria nos dois turnos. [...] Houve uma época em que criaram uma “mini venda”, um cômodo no modelo de um trailer de alimentos com saída para rua, onde os produtos fabricados por nós eram vendidos. Era uma vendinha simples focada no público do bairro, nós alunos eramos responsáveis por abrir, levar os produtos, realizar as vendas, registrar e fechar o caixa diariamente, me recordo que o volume de vendas era pequeno.

Em algumas situações tínhamos a opção de escolher em qual sala ficar, infelizmente não me recordo bem como era feita essa divisão dos alunos, mas me recordo que passei por quase todas elas, menos a horta. Mas, era comum conforme os anos iam passando que ficássemos na sala que tínhamos mais afinidade, eu, por exemplo, passei mais tempo no artesanato. Grande parte das nossas jornadas eram nessas salas, assim criávamos apego a essas atividades, ao instrutor e aos colegas de sala que acabavam se tornando os amigos mais próximos. Em sua esmagadora maioria, os alunos que eram direcionados para a horta eram os rotulados como “difíceis”, os que na visão dos instrutores e da coordenação eram os mais indisciplinados e que davam mais trabalho. Isso era fato conhecido de todos e até motivo de ameaça para aqueles que não se comportavam devidamente. Recordo-me que o instrutor da horta, seu Pedro, era uma pessoa que tinha uma aparência e gestos de pessoa simples, interiorana, alguém que parecia ter muita familiaridade com a lida na terra. Porém, não sei dizer como era a relação dele com essas crianças direcionadas aos seus cuidados.

O quadro de funcionários era composto, em grande maioria por mulheres, sendo, duas na diretoria, a Valda coordenadora e uma assistente administrativa que muitas vezes foi trocada. Duas auxiliares de limpeza, a que permaneceu mais tempo foi a tia Jane. Duas merendeiras, Tia Selma e Tia Vera, que eram as mais antigas de casa. Os instrutores eram 2 mulheres e 2 homens, que citei acima, havia ainda uma professora de reforço e em dias variados uma professora “especial” que poderia ser de artes ou dança. Tenho uma vaga lembrança que também tínhamos educação física, mas apesar do esforço não consegui me lembrar dessa pessoa.

Além das atividades do “ofício” que aprendíamos diariamente, durante o turno da manhã ou da tarde também tínhamos acompanhamento de uma professora de reforço escolar. Não me recordo se todos os dias, mas sei que em horários alternados, precisávamos ir até a sala de reforço para fazer as atividades escolares – tarefas de casa – qualquer dúvida que tínhamos era com essa professora que contávamos. Tínhamos também, atividades de educação física algumas vezes na semana. O espaço físico da Unidade era muito grande, tinha um campo de futebol, uma quadra e um parquinho, além de uma área verde gramada. Geralmente, praticávamos algum esporte de grupo como: carimbada (queimada), futebol de campo ou quadra, basquete, handebol e atividades de ginástica.

Havia também atividades alternativas para pequenos grupos, eram quase que projetos experimentais dentro da própria Unidade. Alguns grupos de alunos escolhidos, não me recordo a partir de qual critério, que faziam pintura em tela e em tecido, dança e teatro. Inclusive o teatro foi a atividade alternativa mais duradoura, acabou se tornando uma “sala” que era dividida com os alunos da marcenaria que aos poucos foi sendo desativada. O grupo teatral, do qual eu

também fiz parte por muitos anos, era o Travesso, o diretor era o Tião, instrutor da marcenaria. O grupo contava com 10 participantes em média, geralmente eram os adolescentes do turno da tarde que encenava as peças. Todos os anos, no mínimo dois espetáculos eram montados, geralmente textos adaptados de fábulas ou de autoria própria do diretor. Peças de final de ano que encenavam as festividades cristãs ocorriam todos os anos, além da encenação do casamento caipira, que não podia faltar na festa junina. Os ensaios eram diários, algumas peças contaram com o apoio de professoras de danças que criavam coreografias, os figurinos eram costurados no artesanato e os acessórios produzidos por nós, atores e atrizes do grupo. Nosso fiel público eram as crianças da Unidade e das escolas infantis particulares ou públicas de Uberlândia.

Voltando à nossa rotina, ainda no turno da manhã, após participar das atividades comuns e do reforço escolar éramos direcionados para o banho. Os banheiros, masculino e feminino, eram vestiários onde em média cinco crianças tomavam banho por vez, os produtos de higiene eram particulares, precisávamos trazer de casa. O banho era bem rápido e sempre acompanhado por uma das funcionárias no banheiro das meninas e um funcionário no caso dos meninos. Logo após o banho, guardávamos nossos pertences e já éramos encaminhados para as mesas do refeitório onde aguardávamos pelo almoço.

Esse momento era de muito alvoroço e barulho, pois, era o horário em que os dois turnos se encontravam, preciso confirmar esse número através das investigações da pesquisa, mas acredito que éramos em torno de 90 a 100 crianças. O almoço começava às 12:00 horas, todos ficavam sentados em longas mesas de com bancos inteiriços em que cabiam em média 10 crianças. Antes de almoçarmos, orávamos um Pai Nosso, o critério para se servir era o silêncio, a mesa que ficasse mais quieta era a primeira a comer, assim os mais barulhentos e inquietos comiam por último. A comida era realmente farta e quem quisesse, podia se servir de porções generosas, no cardápio sempre havia arroz, feijão, algum tipo de carne, legumes e salada. Poucas vezes, era servido suco ou alguma sobremesa, mas todos comiam com satisfação e gostavam da comida. [...] Em situações especiais, como final de ano e Dia das Crianças tudo ficava mais delicioso ainda. Era servido um cardápio especial, às vezes com refrigerante, cachorros-quentes, frango assado, torta salgada, doces e bolos. São alimentos que hoje consideramos simples, mas que para nós na época, era uma grande festa.

Na troca de turno, os alunos da manhã iam para as suas escolas e os da tarde iniciavam suas rotinas. As atividades eram muito parecidas com turno anterior, com exceção de algumas atividades nas salas de “ofício” que em sua essência eram as mesmas, apenas realizadas em etapas mais avançadas. Essa diferença de turnos também colocava em contraste as diferenças entre os alunos da Unidade, o turno da manhã era das crianças, o turno da tarde dos adolescentes.

A “moral” do “povo da tarde” era diferente, eles tinham um status que para nós da manhã era nosso objetivo. “Quando passarmos para tarde...isso, quando passamos para tarde...aquilo”. Eu e vários amigos da mesma idade passamos para o turno da tarde entre os 11 e 12 anos e realmente era bem diferente, sentíamos mais responsabilidades e uma certa liberdade.

Logo após realizarmos nossas atividades, chegava o horário do banho, aqui me falha a memória, sei que havia o banho à tarde, mas não me lembro se ocorria no mesmo formato do turno da manhã. Sei que nesse momento já guardávamos nossos pertences e era a hora do jantar. Geralmente, era um pouco mais simples que o almoço, poderia ser sopa, mexido, mingau, arroz doce, macarronada ou escaldado. Esqueci de mencionar que entre o café da manhã e o almoço e entre o almoço e o jantar, era servido um lanche simples, fruta ou alguns biscoitos. Após o jantar, às 17:30h, as atividades eram encerradas e íamos embora.

Da nossa rotina acredito que sejam esse os principais pontos, vale ressaltar, que havia ações pontuais festivas como, por exemplo, no final de cada ano sempre ocorria um dia especial de festa com apresentações dos nossos trabalhos para os pais e mães, pelo menos os que podiam comparecer, além de apresentações artísticas preparávamos, dança, teatro e jograis. Das comemorações, a festa junina era uma das mais aguardadas, fazíamos uma grande festa aberta à comunidade, com quadrilha, várias barraquinhas que vendiam os vários produtos da marcenaria e do artesanato, além das barraquinhas de comidas típicas, canjica, pipoca, quentão, milho, cozido, caldos, espetinhos e muito mais que eram preparados em parte pela turma da culinária e parte pelas merendeiras. A quadrilha era ensaiada por semanas, praticamente todos os alunos participavam. Por muitos anos o grupo de teatro representou “O casamento caipira” animando ainda mais a festa. Era um momento muito divertido, onde as crianças corriam, brigavam e os adolescentes mandavam recadinhos pelo Correio elegante, ocasionando até em alguns beijinhos escondidos dos pais e das mães.

A semana da criança na Unidade era também muito aguardada, era uma semana com muitas atividades e vários passeios. Eram organizadas visitas à clubes de Uberlândia, Tangará, Girassol e Sesc eram uns dos clubes que ofereciam a oportunidade de aproveitarmos o dia de forma gratuita. Algumas vezes era para o cinema ou para alguma apresentação de teatro que o passeio era programado. Assim como eu, muitas crianças só tiveram a oportunidade de ter acesso a esses espaços através desses passeios. Ocorriam gincanas no último dia da semana, algumas vezes ganhávamos guloseimas de presente e havia os almoços e os lanches especiais.

Ao lembrar esse passado, o dia a dia, os passeios e ações que eram realizadas em datas especiais, penso no empenho e engajamento necessários para a

organização desses eventos. Como os profissionais que trabalhavam na Unidade, precisavam ir além para oferecer momentos de lazer e cultura para as crianças e adolescentes que lá ficavam. No período entre 1992 e 1997 que fiquei na Unidade, ocorreram poucas mudanças no quadro de funcionários da Unidade, eram as mesmas pessoas que se dedicavam àquele projeto, que pareciam integrados e pertencentes àquele lugar.

São tantas memórias, a grande maioria boas, mas claro que existiram conflitos, brigas, situações de injustiça que eram naturalizadas e que presenciávamos contra as crianças que eram rotuladas como difíceis. Muitas vezes os responsáveis por essas crianças (a maioria as mães) eram chamados na Unidade (minha mãe era uma dessas, pois meu irmão era um menino “custoso”), era visível a preocupação delas em perder a vaga, se a criança não melhorasse o comportamento. Assim, a situação de crianças não privilegiadas, como nós, era complicada, o conceito da “Unidade” sobre o tipo de criança que nós eramos era extremamente importante para nossa permanência ou não naquele lugar que entre os que tinham pouco, era muito. Havia uma hierarquização muito forte, apesar de termos uma ideia de participação, pois, tínhamos até uma assembleia mensal onde debatíamos e buscávamos solucionar problemas e situações que ocorriam no nosso cotidiano, assinávamos até uma ata que servia como uma firmação do nosso compromisso. Mas no final, sinto que parte da Assembleia tinha como objetivo expor, mesmo que indiretamente, as “crianças problemas”.

Foi uma época muito interessante, que a meu ver, ofereceu a oportunidade de experimentar, participar de atividades manuais, artísticas que para mim representavam muito mais que apenas o conhecimento clássico das escolas. Até hoje me sinto privilegiada por ter sido parte desse lugar. Fiz amizades, comi muito bem, aprendi muitas coisas. Me lembro muito bem que os meus primos e primas sempre curiosos me perguntavam sobre as nossas atividades na Unidade. Sei que me sentia privilegiada não apenas pela oportunidade de ter esse local para ficar enquanto meu pai e minha mãe trabalhavam, aliás realidade de praticamente todos os alunos da Unidade, mas também porque havia um estigma velado do racismo e da hierarquização das pessoas. Grande parte dos alunos e alunas da Unidade eram negros e negras, em torno de 90% ousou dizer. Havia até certas insinuações, uma certa troça com a “minorias branca”, talvez eles só quisessem ir à forra. Mas enfim, desde muito nova, vivenciei esses conflitos, meninas negras que odiavam seus próprios cabelos (elas queriam puxar os cabelos das meninas brancas ou no caso de amigas penteá-los). Amigos negros que desde muito novos diziam, “preto correndo é culpado, preto parado é suspeito” me faziam sentir pesarosa por eles e até agradecida por ser branca, mesmo sendo pobre. Por fim, não posso afirmar que todas as famílias de crianças negras estavam em situação de fragilidade econômica, mas sei, que muitas das minhas amigas e amigos vinham de família

bem pobres (às vezes eram criados apenas pela mãe ou pela avó, eram de família numerosa) e que a Unidade oferecia um suporte para essas famílias que ia muito além da “orientação” para esses menores, era um suporte material importante para essas famílias. (Depoimento de Maria. Memórias de experiências vividas na UOMEM III. Uberlândia, julho de 2021)

Em seu processo de rememoração, Maria apresenta diversos aspectos que são norteadores dessa análise. Suas palavras se encontram com vozes de outras pessoas que viveram a experiência cotidiana da UOMEN III na condição de crianças e adolescentes atendidos. Analisando o conjunto de depoimentos, que foram produzidos a partir dos formulários enviados aos participantes desta pesquisa, percebo aspectos que foram marcantes para todos eles, que são trazidos como experiências significativas, que ficaram registradas nas sensibilidades dos participantes e formam, de certo modo, uma memória comum a este conjunto de pessoas.

Analisando essas memórias, foi perceptível que a questão do trabalho está presente nos depoimentos e fazia parte da rotina diária dos ex-atendidos, não apenas os trabalhos definidos como profissionalizantes, mas também eram incluídas nas atividades rotineiras a limpeza do espaço física da Unidade. Assim como Maria, Ana relembra que *“a gente cumpria a escala, nossa escala era de limpeza mesmo, uns lavavam a louça, outros o refeitório, outros o corredor, outros organizaram o local onde aguardávamos as mochilas, lavávamos a quadra”*. E Santos se relembra de realizar a *“limpeza do refeitório”*. Essas atividades estão mais relacionadas com a obrigatoriedade de compartilhar as responsabilidades com o espaço físico de convivência, pois, as crianças não participavam de todos os processos de limpeza e conservação, mas apenas da limpeza dos espaços compartilhados.

Além das atividades de limpeza da UOMEN, as crianças e adolescentes, na esteira da educação pelo trabalho, eram direcionadas para atividades ditas como profissionalizantes. Zigalu classifica essas *“atividades do espaço”* ou seja, atividades ofertadas pela Unidade, como diferencial em relação a outros espaços de convivência dessas crianças e adolescentes, uma vez que eram realizadas atividades *“como artesanato, culinária, marcenaria, teatro e cultivo de hortaliças”*. Ana também afirma que eram oficinas, relacionando essas atividades de produção a aprendizagem *“cada um se dirigia a sua oficina, que era artesanato, culinária, teatro”*, enquanto Ana e Maria relembra que o que era produzido nas oficinas, era muitas vezes vendidos pelos próprios adolescentes pelas ruas próximas da Unidade. Maria relembra que *“parte*

desses produtos eram direcionados para venda, muitas vezes, saíamos às ruas próximas da Unidade vendendo esses produtos para a comunidade”. Ana também menciona essas vendas, dizendo que “saíamos na rua pra vender, o que ela não sabia era que íamos na oficina do meu pai e ele comprava tudo”.

É possível perceber que havia um público cativo que comprava a produção da Unidade, além disso, havia por parte dos pequenos vendedores estratégias para vender os produtos de forma rápida, levando para alguns pais que compravam toda a produção, apoiando essas vendas. Tocada por esse processo coletivo de rememoração, hoje penso na peculiaridade dessa ação, ou seja, no fato de deixar crianças irem para as ruas em grupos para venderem produtos. A responsabilidade por algum acidente ou acontecimento, que pudesse colocar a vida e a segurança dessas crianças e adolescentes em risco, parecia não ser a prioridade. Era prioritário dar vazão aos produtos e, principalmente, comercializá-los.

Essas atividades eram consideradas profissionalizantes, contudo, podemos perceber que são atividades manuais que, em um contexto de produção de bens, não possuem valor agregado. Por que elas e não outras eram ofertadas àquelas crianças e adolescentes? Além disso, a opção pelo trabalho destoa da mudança de paradigmas em relação à condução de ações focadas nas crianças e adolescentes, que buscava romper com

“O mito do trabalho infantil como forma de encaminhamento da criança na vida ainda se mantém na cultura e nas relações de produção no final do século XX. Há, a partir do ECA, por parte das crianças e adolescentes, o direito à profissionalização, à aprendizagem profissional, à proteção ao trabalho com todos os direitos trabalhistas” (FALEIROS, 2011, p. 85)

Contudo, é possível perceber a partir das memórias coletadas que essas memórias relativas às atividades de limpeza em grupo e às produções das oficinas são encaradas de maneira positiva por essas crianças e adolescentes. Suas lembranças dão indícios de que eram atividades encaradas como divertidas e agregadoras saberes para os entrevistados. Zigalu aponta que foi marcado *“positivamente no sentido de aprender novas atividades”*, enquanto Silva também define como algo positivo de sua experiência na UOMEN o fato de que *“aprendi a cozinhar e a pintar”*.

A alimentação é outro ponto que aparece recorrentemente nas memórias coletadas. Zigalu chega a colocá-la em pé de igualdade com amizades quando questionado sobre o que sente saudades: *“Saudades das amizades, das refeições”*. A qualidade da comida é mencionada por várias pessoas que responderam ao questionário. Lyo recorda do *“Almoço top”* e Ana afirma sentir *“saudades, da comida gostosa”* e acrescenta que *“o que era bom mesmo eram os lanches que a gente ganhava, porque naquele tempo um pão com carne e refrigerante era prêmio pra nós”*.

Contudo, é importante evidenciar que a comida tinha um papel no quesito disciplina, pois era utilizada como moeda de permuta: bom comportamento em troca de se alimentar antes dos demais. Ana explicita isso em suas memórias *“ali já sabíamos que a mesa mais comportada que se servia primeiro kkkk, então combinávamos antes de todos deitarem a cabeça na mesa ,rsrs”*. Nota-se que, no dia a dia, as crianças e adolescentes eram educadas para assimilar que bom comportamento rendia comida. Elas logo compreendem a “lição” e criam estratégias para que fossem as primeiras a comerem, deixando os demais (mau comportados) aguardando o momento de se servirem.

Hoje lendo esses depoimentos, reforça em mim a sensação de que o momento da alimentação na Unidade era muito importante para grande parte das crianças e adolescentes que ali estavam. Naquela época, devido à situação financeira de muitas famílias, aquele era o momento de se fartar de comida boa, com variedade. Não era uma comida sofisticada, sei que era feita com cuidado e com foco na oferta de uma alimentação saudável para os alunos. Em minha casa, por exemplo, minha mãe cozinhava muito bem, mas nem sempre tínhamos a fartura que havia na Unidade e acredito que isso se repetia em muitos lares.

Em um momento de carestia e da crise econômica que assolava o país no final da década de 80, a qualidade e abundância da comida são elementos significativos, indicam a importância da Unidade em prover uma alimentação farta e muitas vezes melhor do que essas crianças e adolescentes tinham acesso em suas casas. Mas, não posso mais me recordar disso apenas com saudade daquela fartura, porque percebo, agora, o quanto o uso da comida como moeda de troca foi uma violência contra aquelas crianças e adolescentes. Em um lugar que deveria cuidar de nós, e que em boa medida cuidou, práticas como essa evidenciam o desrespeito à infância pobre. A incompreensão do comportamento eufórico diante da comida denuncia a insensibilidades em relação às especificidades de uma infância que difere, em muitos aspectos, da infância burguesa.

Nas memórias dos ex-atendidos convidados para essa pesquisa, o sentimento de saudosismo e nostalgia fica muito evidente nas memórias. Ana afirma que *“Foi o melhor tempo da minha vida. Pra gente, foi aprendizado para a vida. Os melhores amigos, que alguns permanecem até hoje. Nós vínculos, tivemos afetos”* e *“vivemos e eternizando momentos felizes naquele lugar”*. Assim como Ana, Santos vê o período que passou na UOMEN *“Positivamente tudo me fez ser uma pessoa melhor, construí, amigos disciplina, tudo de bom”*. Para Márcia, a Unidade representava mais do que um espaço de convivência, *“tinha aquelas pessoas como minha família”* e Zigalu valoriza o que viveu nesse período e aponta que *“os valores ensinados lá são valores importantíssimo para as relações sociais, respeito, empatia entre outro”*.

Através dessas memórias, é possível compreender que a Unidade se reveste de outros sentidos para essas pessoas. Não é como espaço construído para o atendimento de “menores” marginalizados que elas delineiam uma imagem da UOMEN III. Suas memórias fazem implodir outros sentidos, muitas vezes contrários aos que são propostos como objetivos das UOMENs pelos gestores públicos. Mesmo assimilando a visão de que a rotina de trabalho foi capaz de moldar uma disciplina, nessas memórias também flagramos que ele é identificado como diversão e como atividade que dá margem para que crianças e adolescentes possam exercitar sua capacidade criativa e inventiva.

As crianças e adolescentes que são delineados por essas memórias estão embebidas em momentos de felicidade, são desenvoltas e inteligentes, o que se distancia do quadro traumático desenhado pela coordenadora das UOMENs nos jornais locais.

Para esses adultos que rememoram, as crianças que foram eram felizes, tiveram na Unidade um ambiente seguro de lazer e aprendizados vários. Eles revestem a sua experiência na Unidade de uma dimensão lúdica, prazerosa. Nota-se, em contato com essas memórias, que as “crianças viram as coisas pelo avesso e, assim, revelam a possibilidade de criar” e “Aprendemos, assim, com as crianças, que é possível mudar o rumo estabelecido das coisas.” (KRAMER, 2007, p. 15).

Assim como nos indica Kramer,

“As crianças, em sua tentativa de descobrir e conhecer o mundo, atuam sobre os objetos e os libertam de sua obrigação de ser úteis. Na ação infantil, vai se expressando, assim, uma experiência cultural na

qual elas atribuem significados diversos às coisas, fatos e artefatos”
(KRAMER, 2007, p.16)

Assim sendo, a despeito dos projetos traçados e de como as práticas governamentais para as crianças e adolescentes carregam o estigma de pobreza/marginalidade, esses adultos não enxergam esse ambiente como opressor ou marginalizador, enxergam nele a oportunidade de construção de laços afetivos, de boa alimentação, de aventuras e histórias para serem contadas e lembradas positivamente.

IV - Considerações finais

Seria impossível enumerar a quantidade de descobertas, desafios, provações, provocações e novas questões que surgiram durante meu percurso na graduação no curso de História da UFU. Os vários caminhos que se revelaram com o passar do tempo sempre foram instigantes, como uma brecha, um vislumbre das várias possibilidades de pesquisas que se pode imaginar. Nesse percurso muitas trajetórias precisaram ser reajustadas e o trabalho com as memórias e com as sensibilidades surgiu no final desse caminho para conclusão da graduação.

O projeto de pesquisar a Unidade de Orientação do Menor III, situada no bairro Tibery em Uberlândia, sempre foi um desses caminhos que como pesquisadora iniciante esteve sempre nas possibilidades futuras. Com o passar dos anos da minha formação, o contato com as temáticas focadas em educação foram ampliadas, essa temática sempre foi uma das minhas preferidas, pois, suas possibilidades de pesquisa e as potencialidades de análise e investigação sempre foram de grande interesse para mim. No papel de ex-atendida na UOMEN III, sempre estive em meus objetivos, contar um pouco da história desse lugar tão importante durante minha infância e que fez parte da minha formação como pessoa. Além dos objetivos pessoais, essa pesquisa tem um intuito mais amplo que está relacionado com a pesquisa e análise das políticas públicas que possuem as crianças e adolescente como alvo. É sabido que essas ações estão permeadas de intencionalidades que perpassam a manutenção do *status quo* na sociedade que estamos inseridos, assim sendo, como a Unidade III se encaixa nesse contexto de tensão contínua entre os atores sociais? É possível elencar possíveis intencionalidades de um conjunto de ações para manutenção dos estratos sociais? Contudo, e principalmente, como esse projeto impactou a vida de outras pessoas que também foram atendidas pela UOMEN III? Quais são as memórias que essas pessoas poderiam compartilhar conosco para que fossem além de contadas, cotejadas com a vasta bibliografia que trata do processo de rememoração, memórias e educação das sensibilidades?

O recorte temporal realizado entre os anos de 1988 e 1998 está diretamente ligado às inaugurações das Unidades, pois, busquei resgatar as possíveis intencionalidades e propostas dos projetos que as direcionaram, além disso, esse período abarca o tempo que as pessoas convidadas para a pesquisa estiveram na Unidade III.

Esse período também carrega uma carga de importância elevada, porque está inserido dentro de um contexto nacional de profundas mudanças sociais. Havia uma enorme pressão vinda de várias partes da sociedade em busca da criação e manutenção de direitos para a infância e adolescência, foi apenas nesse período que no Brasil as crianças e adolescentes passaram a serem vistos como cidadãos com direitos garantidos na Constituição Nacional e em um estatuto próprio. Compreender esse contexto nacional é de extrema importância, pois, é a partir das decisões a nível federal que os projetos locais são reformulados. Em Uberlândia, imersa nesse momento de reabertura política, ocorreram mudanças no poder executivo, um governo com uma proposta de participação ativa da comunidade, foi quem respondeu as demandas da classe trabalhadora por políticas focadas na infância e adolescência de Uberlândia.

Através dos jornais, foi possível levantar possibilidades sobre as intencionalidades dos projetos que deram origem as Unidades de Orientação dos Menores. Esse projeto tem como estrutura norteadora a proposta de educação pelo trabalho, amplamente defendida através dos discursos que encontrei nesses jornais. As atividades “profissionalizantes” que faziam parte da rotina das crianças e adolescentes eram sistematicamente apresentadas e defendidas nessas reportagens, disseminando ainda mais esse projeto do trabalho como direcionamento para o futuro desses menores que careciam de orientação.

Na busca por olhares diversos sobre a UOMEN III, o papel dos ex-atendidos foi essencial. Compreender como essas pessoas, hoje adultos, rememoravam aquele tempo e aquele espaço, foi essencial para compreender a influência desse projeto na vida dessas pessoas. Vista de forma muito positiva, a UOMEN III é descrita como um espaço que vai muito além de um local criado para orientação dos menores desamparados, ela é caracterizada como um local de acolhimento, um espaço de convivência saudável, de aprendizagem e de suporte material para essas crianças e adolescentes.

Dado os limites que uma pesquisa monográfica possui, há ainda vários outros aspectos que se abrem como possibilidades de desdobramentos dessa pesquisa, estender essas perguntas para um número mais amplo de entrevistados, abrangendo assim uma quantidade mais ampla de visões e sensibilidades tocadas e transformadas pelas Unidades. Buscar compreender um aspecto que não foi abordado nessa pesquisa que é a atuação dos funcionários e funcionárias da UOMEN, como essas pessoas rememoram suas atuações profissionais e suas relações com o projeto proposto e como o dia a dia da

Unidade. Além disso, seria uma excelente oportunidade de pesquisa o acesso às atas das assembleias realizadas pelas crianças e adolescentes atendidos nas Unidades, essas atas são relatos do dia a dia dessas pessoas e podem apresentar excelentes pistas quando cotejadas com as memórias narradas na atualidade pelos ex-atendidos. Devido as restrições do período pandêmico, essas atas e outras fontes de pesquisa como fotografias e registros documentais pertencentes à Unidade não puderam ser analisados.

Espero que essa pesquisa monográfica possa servir de apoio para pesquisas futuras que tenham como objetivo compreender as políticas públicas focadas na infância de pessoas em vulnerabilidade econômica de Uberlândia, além de trazer à tona as memórias e o protagonismo histórico que cada ex-atendido possui ao vivenciar e rememorar esse período, narrar o seu dia a dia inseridos nesse projeto de orientação dos “menores”. Mais do que nos informar sobre o que foram as UOMENs de Uberlândia, é importante reconhecer que o movimento desencadeado no processo de rememoração também permite aos sujeitos que dele participam ter a oportunidade de revisitar suas próprias vidas, alargando as possibilidades interpretação do passado, do presente e do futuro.

IV- Referências bibliográficas

AMADO, J., FERREIRA, MM (orgs) Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2006.

ALBERTI, V., FERNANDES, TM., FERREIRA, MM., (orgs.) História oral: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro, RJ: Editora FIOCRUZ, 2000.

ARIES, Philippe. História social e da criança. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2019

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história In: _____ *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-232.

_____. Infância em Berlim por volta de 1900. In: BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 71-142.

BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Rev. Bras. Educ. [online]. 2002, n.19, pp.20-28. ISSN 1413-2478. Disponível: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>. Acessado em 30 de março de 2021.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Fontes orais na história social_ desafios e caminhos de interpretação. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0906.pdf>. Acessado em: 14 de abril de 2021.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Acessado em 14 de abril de 2021.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

FERNANDES, Orlanda Rodrigues. Uberlândia Impressa: a década de 1960 nas páginas de jornal. 2008. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16541> Acessado em: 18 de agosto de 2021

FERREIRA, Vanessa de Souza. Creches comunitárias e democracia participativa: novas perspectivas à infância uberlandense (1983-8). 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010. Disponível em <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13827>. Acessado em 18 de agosto de 2021.

FRANÇA, Cyntia Simioni; CUNHA, Nara Rúbia de C.; SILVA, Fábio L. da. Educação política das sensibilidades e arquitetura escolar. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica*, v. 5, n. 14, p. 859-873, 29 jun. 2020. Disponível em <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/7982> Acessado em 31 de agosto de 2021.

_____. Imagens que lampejam: contribuições de Walter Benjamin para a produção de conhecimentos históricos. *Encuentro de Saberes. Luchas populares, resistências Y educación*, Buenos Aires-Argentina, v. 1, p. 53, 2013. Disponível em <http://beu.extension.unicen.edu.ar/xmlui/bitstream/handle/123456789/177/2.%20Revista%20Encuentro%20de%20Saberes.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em 21 de abril de 2021.

_____. Imagens entrecruzadas de infância e produção de conhecimento histórico em Walter Benjamin. In: KOYAMA, Adriana Carvalho, PRADO, Guilherme do Val Toledo, GALZERANI, José Cláudio (Orgs.). **Imagens que lampejam: ensaios sobre memória, história e educação – de autoria de Maria Carolina Bovério Galzerani**. Campinas: Editora da Unicamp, 2021. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=110760&opt=1>. Acessado em 6 de julho de 2021.

_____. Memória, História e Tempo perspectivas teórico metodológicas para a pesquisa em Ensino de História. In: *Cadernos CEOM*, n.28, Chapecó, SC: Unochapecó, 2008b. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/152>. Acessado em: 21 de abril de 2021

GINZBURG, C. "Introdução". In: *Os fios e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JESUS, Wilma Ferreira. Poder público e movimentos sociais aproximações e distanciamentos Uberlândia - 1982-2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=18915. Acessado em: 26 de julho de 2021

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. *Projeto História*, n. 22, São Paulo EDUC, 2001, p.80. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10731>. Acessado em 25 de maio de 2021.

KRAMER, Sônia. A infância e sua singularidade. In: BEAUCHAMP, Jeanete, PAGEL, Sandra Denise, NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (Orgs.). *Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.p.13-23. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf>. Acessado em 25 de setembro de 2021.

MEIHY, José Carlos Sebe B. Guia prático de história oral: para empresa, universidades, comunidades, famílias. São Paulo – SP: Contexto, 2021.

MORAIS, Sérgio Paulo. Empobrecimento e inclusão social: vida urbana e pobreza na cidade de Uberlândia/MG (1980-2004). 2007. 230 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/12991>. Acessado em 26 de julho de 2021.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. São Paulo, *Projeto História*, v.10, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acessado em 13 de julho de 2021.

PASSETI, Edson. “Crianças carentes e políticas públicas”. In: *História das crianças no Brasil*. São Paulo, SP: Contexto, 2020.

PACHECO, Fábio Piva. MÍDIA E PODER: REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS DO AUTORITARISMO NA POLÍTICA – UBERLÂNDIA - 1960-1990. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal de Uberlândia. 2001. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&coobra=19050. Acessado em: 26 de julho de 2021.

PILOTTI, Francisco, Rizzini, Irene. A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

RESENDE, Karla Patrícia. História da educação profissionalizante: práticas e representações sociais da Escola Estadual Américo Renê Giannetti 1977 - 1996. 2005. 164 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/14083> Acessado em: 08 de agosto de 2021

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. Cap. 1: Memória e imaginação. p. 25-70. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4414133/mod_folder/content/0/Paul%20Ricoeur%20-%20A%20mem%C3%B3ria%2C%20a%20hist%C3%B3ria%2C%20o%20esquecimento%20%282007%2C%20Unicamp%29.pdf?forcedownload=1. Acessado em 25 de setembro de 2021.

SANTOS, Carlos Meneses de Sousa. Democracia Participativa e tensão social em Uberlândia: experiências de moradores do bairro Nossa Senhora das Graças. 2006. 112

f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/19168> Acessado em 26 de julho de 2021.

_____. Ser trabalhador na cidade: relações de classe em Uberlândia: fins do século XX e início do século XXI. 2009. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16371>. Acessado em: 26 de julho de 2021

SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de História problemáticas atuais. In_Memórias e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

SILVA, Marta Helena Rosa da. Movimentos de clubes de mães em Uberlândia. 1987. 5 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1987. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/19874>. Acessado em 06 de julho de 2021.

SOUZA, Aparecida Darc de. Capitães do Asfalto: Infância e Adolescência Pobre na Cidade de Uberlândia - 1985- 1995 – Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.

VOGEL, Arno. Do estado ao estatuto. Propostas e vicissitudes da política de atendimento a infância adolescência no Brasil contemporâneo. In: A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

ANEXO 1

Formulário para depoimentos de sujeitos que colaboraram com a pesquisa

02/06/2021

Memórias da Unidade de orientação do menor III

Memórias da Unidade de orientação do menor III

Querido amigo e querida amiga!

Como sabem, escolhi como objeto de pesquisa da minha monografia de conclusão do curso de História a Unidade de Orientação do Menor III, na qual nós fomos alunos. Meu objetivo é narrar a história da Unidade, apresentar suas origens, mas principalmente, apresentar as narrativas das pessoas que lá estiveram. Por esse motivo, te convido a preencher as questões desse formulário, a ideia é conhecer sua visão sobre a Unidade e suas experiências lá vividas. Lembre-se que sua identidade será mantida em total sigilo. Já antecipo meus agradecimentos, suas respostas são de extrema importância para conclusão dessa pesquisa.

Forte abraço!

***Obrigatório**

E-mail *

Seu e-mail

1 - Nome completo *

Sua resposta

2 - Idade *

Sua resposta

3 - Endereço *

Sua resposta

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdNcq11dnp2s_hmWom0D1hdJviYIW7ZYYWgczpFwWBFFiv0IQ/viewform

1/3

Figura 1 - Formulário Memórias da Unidade de Orientação do Menor III, p. 01.

4 - Ocupação *

Sua resposta

5 - Qual Uomen você frequentou? *

Sua resposta

6 - Em qual período você esteve na Unidade (ano de ingresso e ano de saída)? *

Sua resposta

7 - Como você se identifica em termos étnicos-raciais e de gênero? *

Sua resposta

8 - Sobre seu dia a dia na Unidade, por favor, relate o que você se lembra da rotina de funcionamento (horários, atividades, profissionais, espaço físico, eventos, etc). *

Sua resposta

9 - Levando em consideração o tempo que você esteve na Unidade, o que te marcou positivamente e negativamente? Do que sente saudades? *

Sua resposta



Figura 2 - Formulário Memórias da Unidade de Orientação do Menor III, p. 02.

10 - Você acha que esse projeto seria importante para a sociedade hoje? O que você mudaria e o que gostaria que permanecesse dele, se fosse implantá-lo hoje? *

Sua resposta

11 - Você permite que suas respostas sejam utilizadas em uma pesquisa monográfica de conclusão de curso (graduação em História no INHIS UFU) a ser convertida em texto que será disponibilizado em formato digital no repositório institucional da Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia? *

SIM

NÃO

12 - Se sua resposta for sim, por favor, escolha um pseudônimo para que sua identidade seja mantida em sigilo, atendendo aos princípios éticos de pesquisa que envolvem seres humanos. Por favor, escolha um único nome.

Sua resposta

Uma cópia das suas respostas será enviada para o endereço de e-mail fornecido

Enviar

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

reCAPTCHA
[Privacidade](#)[Termos](#)

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários



https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdNcq11dnp2s_hmWom0D1hdJvYIW7ZYWgczpFwWBFFv0IQ/viewform

3/3

Figura 3 - Memórias da Unidade de Orientação do Menor 3, p. 03